

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**



**A crença no afeto feminino como imperativo do trabalho docente,
em casa e na escola**

Carolina Muricca de Oliveira

Mestrado em Educação

Área de especialidade em Formação e Desenvolvimento Pessoal

Dissertação orientada pela Professora Doutora Carolina Fernandes de Carvalho

2022

Women are the last colony.
Other colonies have at least won their formal freedom, but not women.
(Kamla Bhasin)

Nesta cidade
quatro mulheres estão no cárcere.
Apenas quatro.
Uma na cela que dá para o rio,
outra na cela que dá para o monte,
outra na cela que dá para a igreja
e a última na do cemitério
ali embaixo.
Apenas quatro.
Quarenta mulheres noutra cidade,
quarenta, ao menos,
estão no cárcere.
Dez voltadas para as espumas,
dez para a lua movediça,
dez para pedras sem resposta,
dez para espelhos enganosos.
Em celas de ar, de água, de vidro
estão presas quarenta mulheres,
quarenta ao menos, naquela cidade.
Quatrocentas mulheres
quatrocentas, digo, estão presas:
cem por ódio, cem por amor,
cem por orgulho, cem por desprezo
em celas de ferro, em celas de fogo,
em celas sem ferro nem fogo, somente
de dor e silêncio,
quatrocentas mulheres, numa outra cidade,
quatrocentas, digo, estão presas.
Quatro mil mulheres, no cárcere,
e quatro milhões – e já nem sei a conta,
em cidades que não se dizem,
em lugares que ninguém sabe,
estão presas, estão para sempre
- sem janela e sem esperança,
umas voltadas para o presente,
outras para o passado, e as outras
para o futuro, e o resto – o resto,
sem futuro, passado ou presente,
presas em prisão giratória,
presas em delírio, na sombra,
presas por outros e
por si mesmas,
tão presas que ninguém as solta,
e nem o rubro galo do sol
nem a andorinha azul da lua
podem levar qualquer recado
à prisão por onde as mulheres
se convertem em sal e muro.

(Cecília Meireles - Prisão)

Para Beatriz, Iracema e Floriza.

RESUMO

Considerando o sistema de géneros como decorrência de um processo social e histórico, e a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2000) como fator fundamental para as configurações familiares atuais, este estudo dedica-se a analisar a distribuição de tarefas domésticas e de cuidado entre os adultos de um mesmo núcleo familiar. Dando destaque à forma como o trabalho doméstico e de cuidados, historicamente relegado exclusivamente às mulheres, articulou-se gradativamente com a esfera da educação de crianças e jovens, em casa ou na escola, estabelecendo uma feminização do dever de desenvolver e cuidar do outro.

Na busca de respostas às questões propostas inicialmente pelo estudo, foi desenvolvida uma investigação que contou, além da pesquisa bibliográfica, com a aplicação de questionários e entrevistas a pais e mães residentes em Portugal. Os questionários foram divulgados por redes sociais e os dados recolhidos foram complementados por entrevistas semiestruturadas com uma amostra menor de respondentes.

As conclusões da investigação apontam para uma acentuada assimetria da distribuição das tarefas domésticas e de cuidado, que ainda hoje desfavorece e sobrecarrega as mulheres. Os dados recolhidos mostram, por exemplo, que recaiu à 93% das mães exclusivamente a função de supervisionar a agenda e as aulas remotas dos filhos durante os períodos de aulas em casa após o fechamento das escolas. Os relatos revelam ainda que, apesar de ter havido uma redistribuição na divisão de tarefas domésticas entre os adultos e as crianças em casa, para as mulheres, esta sobrecarga de trabalho intensificou-se nos períodos de confinamento. Antes do fechamento das escolas, 85% das mães afirmou ter sido exclusivamente responsável pelo contacto com os professores dos seus filhos. Após o fechamento das escolas, este número sobe para 90%.

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Família, Mulher, Género

ABSTRACT

Considering the gender system as the result of a social and historical process, and the sexual division of labor (Kergoat, 2000) as a fundamental factor for current family configurations, this study is dedicated to analyzing the distribution of domestic and caregiving tasks among the adults in the same family nucleus. Emphasizing the way in which domestic and care work, which is historically relegated exclusively to women, has gradually become linked to the sphere of the education of children and young people, at home or at school, establishing a feminization of the duty of caring for others.

To answer the questions initially proposed by the study, the investigation, in addition to the bibliographic research, counted on the application of questionnaires and interviews to parents living in Portugal. The questionnaires were shared through social media platforms, and the data collected was complemented by semi-structured interviews with a smaller sample of participants.

The conclusions point to a significant asymmetry in the distribution of household and care tasks that still disadvantages women to this day. The data collected shows, for example, that 93% of mothers were exclusively responsible for supervising their children's schedule and remote classes, after school closures. The data also reveals that, although there was a redistribution in the division of domestic tasks between adults and children at home, for women, this work overload intensified during periods of confinement. Before schools closed, 85% of mothers claimed to have been solely responsible for contacting their children's teachers. After schools closures, this number rises to 90%.

Key words: Education, Labour, Family, Women, Gender

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as mães e pais que, mesmo em meio às dificuldades do período de confinamento obrigatório, concordaram em tirar um tempo dos seus dias para ajudar este estudo, partilhando um pouco das suas vidas, respondendo ao questionário e às entrevistas.

Aos meus pais, pelo afeto sempre. Pelo conforto encontrado em todas as nossas ligações, mesmo de tão longe! À Mariana, pelo incentivo e pela partilha. Sei da sorte que tenho em ter vocês três por perto!

Ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, por acolher este projeto que já vinha se formando como uma vontade há mais de uma década.

À professora Doutora Carolina Fernandes de Carvalho com quem pude contar por tantas ocasiões nos últimos anos, desde a minha primeira visita ao Instituto de Educação. Obrigada, professora. Pela persistência e generosidade em guiar-me até o fim deste projeto.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	6
AGRADECIMENTOS	8
INTRODUÇÃO	11
Objetivos	11
Objetivos específicos	12
Organização do trabalho	12
1. EDUCAÇÃO E GÊNERO	14
1.1. Da Educação das Mulheres	14
1.2. Feminização da docência	19
1.3. Afeto e cuidado como responsabilidades da mulher	21
1.4. A mulher e a família	23
1.5. A divisão sexual do trabalho	24
1.6. Os períodos de confinamento e o impacto nas famílias	29
1.7. Mulheres durante a situação de pandemia	34
2. ESTUDO EMPÍRICO	36
2.1. Opções Metodológicas	37
2.2. Participantes	39
2.3. Instrumentos de recolha de dados	40
2.4. Análise de dados	41
2.5. Questões de ordem ética	42
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
3.1. Análise dos questionários	43
3.2. Mudanças nas dinâmicas familiares durante o confinamento	53
3.3. Análise das entrevistas	56
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
6. ANEXOS	82

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Número de Filhos, Regime de Trabalho	44
Quadro 2. Relação do respondente com as crianças, Género do parceiro	45
Quadro 3. Relação do respondente com as crianças, Cuidado com material escolar	46
Quadro 4. Relação do respondente com as crianças, Regime de Trabalho	46
Quadro 5. Relação do respondente com as crianças, Lanche Escolar	47
Quadro 6. Relação do respondente com as crianças, Preparo de refeições para a família	48
Quadro 7. Relação do respondente com as crianças, Contacto com a escola antes do confinamento	49
Quadro 8. Relação do respondente com as crianças, Contacto com a escola durante do confinamento	49
Quadro 9. Relação do respondente com as crianças, Supervisão dos Deveres Escolares	50
Quadro 10. Relação do respondente com as crianças, Supervisão das Aulas Remotas	51
Quadro 11. Relação do respondente com as crianças, Transporte Escolar	52
Quadro 12. Relação do respondente com as crianças, Teletrabalho	53
Quadro 13. Relação do respondente com as crianças, Mudanças na Carga Horária	54
Quadro 14. Relação do respondente com as crianças, Mudanças na distribuição de tarefas (1)	55
Quadro 15. Relação do respondente com as crianças, Mudanças na distribuição de tarefas (2)	55
Quadro 16. Relação do respondente com as crianças, Mudanças na distribuição de tarefas (3)	56

INTRODUÇÃO

Sob a lente do conceito de divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2000), este estudo pretende explorar como o trabalho doméstico e de cuidados, historicamente relegado exclusivamente às mulheres, articulou-se gradativamente com a esfera da educação de crianças e jovens, em casa ou na escola, estabelecendo uma normalidade da feminização do dever de desenvolver e cuidar do outro.

Para Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é resultante da divisão social estabelecida nas relações sociais entre os géneros. Esta divisão atribui às mulheres as responsabilidades da esfera reprodutiva, como os cuidados da casa e da família, e aos homens, as responsabilidades de esfera produtiva, de maior poder económico e político. Estabelecendo assim uma assimetria entre os géneros, criando e reproduzindo desigualdades de papéis e funções entre mulheres e homens na sociedade.

Com o movimento feminista dos anos 70, a ideia de divisão sexual do trabalho amplia-se. Ganha-se então a consciência da enorme quantidade de trabalho não remunerado e invisibilizado, feito exclusivamente por mulheres, sempre em nome de uma causalidade biológica de afeto e dever materno.

Ao analisar a educação das mulheres num viés histórico, passando pela feminização da docência e pela entrada das mulheres no mercado de trabalho durante o período de Revolução Industrial, percebe-se de maneira mais completa como se desenharam as condições de trabalho (remunerado e não remunerado) que se apresentam para as mulheres até hoje.

Com a feminização da docência, traços atribuídos à ideia de mulheridade, como, por exemplo, o altruísmo e a generosidade, passam também a ser entendidos como intrínsecos aos processos educacionais. Áreas voltadas ao cuidado, como a enfermagem e a educação, por exemplo, ainda

atualmente tem presença maioritária de mulheres. Percebidas como ocupações atreladas a características tidas como femininas, não colocam em risco o ideário social de mulheridade, mas o ampliam. São uma extensão do trabalho doméstico e de cuidados com o outro.

Objetivos

O estudo pretende investigar como as relações de género impactam a educação e o trabalho das mulheres. No cenário atual de adaptações das dinâmicas familiares em resposta à situação de pandemia, o estudo propõe também investigar o impacto do fechamento das escolas durante o Estado de Emergência na rotina das famílias residentes em Portugal. Como varia a interação entre pais e filhos durante a fase de confinamento, em particular, nas tarefas relacionadas com o trabalho doméstico e as atividades escolares? Ao evidenciar as relações sociais de género através da divisão sexual do trabalho, é possível compreender mais profundamente a participação parental na educação dos filhos atualmente?

Objetivos específicos

- Investigar as relações entre género, Educação e trabalho e o impacto real dessas relações na vida quotidiana das mulheres em Portugal
- Analisar, sob a perspetiva da divisão sexual do trabalho, a distribuição das tarefas domésticas e de cuidado, incluindo a participação na educação dos filhos, entre adultos de um mesmo núcleo familiar
- Compreender o impacto do período do Estado de Emergência em Portugal na carga de trabalho doméstico e de cuidados assumida por homens e mulheres em situação de confinamento

Organização do trabalho

O trabalho está dividido em três partes; sendo que a primeira respeita à revisão bibliográfica do tema, sendo assim, a base do estudo empírico desenvolvido. A segunda parte dedica-se às opções

metodológicas da investigação e a apresentação dos dados recolhidos por questionários e entrevistas. Neste capítulo, caracteriza-se o contexto referente à investigação, os procedimentos, os instrumentos, as técnicas de recolha, a análise de dados utilizados e os participantes. Optou-se por uma metodologia de natureza quantitativa e qualitativa, aplicando-se inquéritos por questionários e entrevistas, ambos direcionados à mães e pais residentes em Portugal, com filhos em idades entre 7 e 14 anos.

Os questionários foram divulgados através de redes sociais e os dados recolhidos foram complementados por entrevistas semiestruturadas com uma amostra menor de respondentes. Após a apresentação da escolha metodológica, passamos à apresentação e discussão dos respetivos dados da investigação, reunidos através dos instrumentos da recolha já citados. Para finalizar, na última parte do estudo, são expostas as considerações finais do relatório elaborado, uma síntese quanto aos resultados conseguidos, justificação das limitações do estudo e a proposta de ideias para investigações posteriores.

1. EDUCAÇÃO E GÊNERO

1.1. Da Educação das Mulheres

Em 1783, sob a excitação das ideias iluministas, Choderlos de Laclos, um oficial de carreira do exército francês, decidiu participar de um concurso organizado pela academia Châlons-sur-Marne que propunha a seguinte pergunta: “Quais os melhores meios de aperfeiçoar a educação das mulheres?”. Laclos havia escrito, no ano anterior, uma obra que foi considerada uma das mais subversivas do século XVIII, *Ligações Perigosas*. Ainda no calor da polêmica gerada por seu livro, que retratou de maneira implacável o comportamento da burguesia parisiense da época, Laclos responde à pergunta proposta pela academia com um texto intitulado *Da Educação das Mulheres*, que inspira o título deste capítulo.

No texto, o autor cria novamente uma polêmica ao afirmar que não havia nenhuma maneira de aprimorar a educação das mulheres já que estas não eram livres, pelo contrário, tinham a sua humanidade “cada vez mais degradada por um longo hábito de escravatura”. Laclos (1783):

Onde existe escravatura, não pode haver educação: em todas as sociedades as mulheres são escravas; portanto, a mulher social não é suscetível de educação. (...) O próprio da educação é desenvolver as faculdades, o próprio da escravatura é abafá-las; o próprio da educação é orientar as faculdades desenvolvidas para a utilidade social, o próprio da escravatura é tornar o escravo inimigo da sociedade. (p.39)

Laclos termina a sua provocação afirmando que a “liberdade de um escravo seria um atentado contra o pacto social fundado sobre a escravatura” (p.39). O ideário iluminista da época

pretendia uma revolução pela quebra de um mundo construído a partir do privilégio de alguns e da exploração de outros. Contudo, Maria Teresa Féria de Almeida, que escreve o prefácio da edição portuguesa de 2019 do livro *Da Educação das Mulheres*, declara que, neste contexto, o Iluminismo e a Revolução Francesa encontram uma maneira de “privar as mulheres das liberdades e dos direitos que defendiam como apanágio da condição humana” (p. 10). Em 1791, Olympe de Gouges, dramaturga abolicionista e ativista da época, escreve a *Declaração dos Direitos da Mulher* em resposta à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, documento máximo da Revolução Francesa, que nas suas declarações sobre liberdade e cidadania, deixou de lado mais da metade da população da época: as mulheres. A elas conferia-se uma autonomia precária, de uma cidadania secundária. Olympe, enviada à guilhotina, foi executada pelos próprios aliados, ilustrando de maneira trágica a sua máxima que diz que se a mulher pode subir ao cadafalso, também deve ter o direito de subir à tribuna.

O contemporâneo de Olympe, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), escreve o romance *Emílio ou da Educação*, publicado em 1762, que serviu de base para a implantação do projeto pedagógico no período da Revolução Francesa. No livro, o autor descreve a transformação do menino Emílio num bom cidadão, através da educação que recebe. O livro também conta como Sofia é moldada pela educação que recebe para executar o papel relegado a ela: transformar-se na mulher ideal a Emílio.

Nas suas obras políticas, como *Do contrato Social* ou *Da Origem da Desigualdade entre os Homens*, é clara a denúncia de Rousseau contra a subserviência de alguns sob o poder de outros. O autor é conhecido como um crítico da desigualdade e um defensor da liberdade. Em contraste, Rousseau (2004) declara sobre Emílio e Sofia:

Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco [...] a mulher foi feita para agradar e para ser subjugada. (p. 516-517)

Num cenário ideal para o filósofo, o ponto de partida da educação de Sofia é a sua natureza biológica-sexual. Sofia não é sujeito político e a sua educação deve servir apenas para o aprendizado da sujeição a Emílio, este sim um cidadão. Amâncio (1998) declara que, para os filósofos Iluministas, com poucas exceções, é pacífica a ideia da “inferioridade intelectual da mulher, do seu papel natural na reprodução da espécie e no cuidado dos filhos” (p. 388). Assim, a mulher é, essencialmente, esposa e mãe. E a extensão de cidadania permitida às mulheres é conquistada apenas através da relação com os homens do seu convívio, o que significa dizer que “a cidadania feminina, reduzida à esfera privada, está excluída de qualquer realidade política” (p. 398).

Numa época em que os pensadores não encontravam muito sentido para a educação formal das mulheres, as meninas recebiam a educação que lhes cabia em ambiente doméstico, das suas próprias mães. Ainda Rousseau (2004): “A mãe se encarregará de adestrar as filhas para as coisas obrigatórias, para que nunca lhe custem, a domar as suas fantasias e, por fim, submeterem-se às vontades dos outros (p. 534).

Na obra *Reivindicação dos direitos da mulher*, de 1792, Mary Wollstonecraft, filósofa, leitora de Rousseau, afirma que a educação apresentada no *Emílio* é um projeto para o homem e não para a mulher. A filósofa se depara, no livro do filósofo, com um plano que propõe que meninas sejam educadas para sacrificar as suas habilidades ao invés de desenvolvê-las, em nome da beleza e da passividade. Wollstonecraft (1989):

As mulheres poderiam estudar a arte da cura e ser médicas e enfermeiras. [...] Elas também poderiam estudar política e fundamentar a sua benevolência sobre uma base mais ampla, pois a leitura da história dificilmente será de maior utilidade do que as aventuras românticas, caso lida como mera biografia, sem que sejam observadas as personagens da época, o progresso político, as

artes, etc. [...] elas poderiam se dedicar a tarefas de várias espécies, caso fossem educadas de maneira mais ordenada. (p. 191)

O discurso médico da época também não encontra dificuldades em reforçar superstições sobre a inferioridade intelectual das mulheres mesmo diante de fatos científicos contraditórios (Berriot-Salvadore, 1991). Ao descrever o corpo da mulher como uma cópia imperfeita do corpo do homem, sobre a crença de uma natureza frágil, histérica e suscetível à desordem provocada pelos órgãos reprodutivos femininos. Para Amâncio (1998), o discurso científico legitima a ideia de que o único lugar permitido à mulher é a maternidade.

Em nome de um determinismo natural, o pensamento médico confina então a feminilidade ideal na esfera estreita que a ordem social lhe destina: a mulher, sã e feliz, é a mãe de família, guardiã das virtudes e dos valores eternos. (p. 444)

A educação e a ciência, através dos discursos médicos, têm então papéis determinantes para a construção da ideia de mulheridade ao longo da história. E, por muitos séculos, limita e estimula as mulheres à família, à aparência, aos cuidados com o lar e à romantização.

Da mesma maneira que a educação das mulheres, validada pelos discursos médicos foi determinante para a limitação de indivíduos deste sexo a uma extensão precária de autonomia e liberdade, a alfabetização e educação política das mulheres, a sua entrada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a queda da fecundidade vem agora transformando a realidade das sociedades ocidentais. Um exemplo é a inserção das mulheres nos espaços públicos em países pobres, que acabou por diminuir a taxa de mortalidade infantil, principalmente em crianças do sexo feminino (Sen, 2005).

Analogamente, o aumento de poder das mulheres parece ser importantíssimo para a redução do flagrante viés contra o sexo

feminino (em particular contra as meninas) no aspeto da sobrevivência. (p. 227)

A educação das mulheres e o acesso das mesmas às esferas de poder trazem mudanças que não se limitam ao benefício da sua própria classe, mas podem promover transformações cruciais na estrutura social de maneira mais ampla. Gina Rippon, pesquisadora de neurociências cognitivas da Universidade de Aston, começa o seu livro intitulado *The Gendered Brain: The new neuroscience that shatters the myth of the female brain* (2019) com a seguinte mensagem:

...uma ideia que tem as suas raízes no século XVIII e ainda persiste. A noção de que é possível atribuir um 'sexo' a um cérebro, que é possível descrever um cérebro como 'masculino' ou 'feminino' e que é possível atribuir quaisquer diferenças entre os indivíduos, seja de comportamento, habilidades, realizações, personalidade, ou até mesmo de esperanças e expectativas de acordo com um ou outro tipo de cérebro. É uma noção que tem guiado imprecisamente a neurociência por vários séculos, sustenta muitos estereótipos prejudiciais e, acredito, impede o progresso social e a igualdade de oportunidades. (p. 8)

No livro, a autora descreve o cérebro como um órgão plástico, facilmente moldável desde a infância e durante o período de uma vida. Aptidões e comportamentos estariam muito mais ligados às experiências e aos estímulos que nos são apresentados do que ao nosso sexo biológico. Bebés do sexo feminino são melhores em reconhecer rostos, bebés do sexo masculino aprendem a andar mais rápido. Segundo a autora, este fato não está ligado ao sexo dos bebés, mas sim às expectativas diferentes dos seus cuidadores (Rippon, 2019). Qual o impacto de brinquedos genderizados como uma boneca e um carrinho para o cérebro de um bebé? E quais seriam as diferenças de tratamento de adultos para com crianças de sexo diferentes? Tecnologias de neuroimagem disponíveis atualmente são capazes de desmistificar as diferenças no corpo,

tamanho e capacidades cerebrais de cada sexo. Rippon destaca que, ainda assim, a ideia de um cérebro que seja masculino ou feminino persiste na ciência e na media.

1.2. Feminização da docência

O trabalho das mulheres, como consequência das relações sociais de género, é um elemento central, explicativo da própria evolução das formas de agrupamento familiar. É também, conseqüentemente, elemento determinante da educação de crianças e jovens. Não apenas do ponto de vista da escolarização das mulheres, mas também do ponto de vista da relação direta das mulheres no exercício docente. É comum a presença maioritária de mulheres nas salas de aula. Bem menos comum, contudo, é a reflexão sobre as razões subjacentes dessa caracterização do espaço escolar. Chamon (2005) nos dá um panorama do processo histórico que levou o magistério a tornar-se uma profissão predominantemente feminina:

Com o capitalismo industrial iniciado no século XVIII altera-se radicalmente o perfil das famílias. Aumenta-se cada vez a necessidade de mão de obra para o mercado de trabalho. Refaz-se a hierarquia das profissões, agregando-se valor naquelas mais condizentes com as novas exigências do mundo industrializado. Nesse contexto, o magistério sofre abalos significativos. Deixa de ter o prestígio de outrora e, de forma visível, vai mudando paulatinamente, de sexo. As mulheres vão substituindo os homens na “nobre” missão de educar. Não é, entretanto, uma mudança puramente biológica. Ela inscreve-se no campo do simbólico. Na realidade o que muda é o género do magistério e não o sexo, de uma ação eminentemente masculina para uma atividade feminina.
(p. 11)

Rabelo (2007) ressalta ainda que este processo de feminização do magistério teve também um cunho político. Para democratizar a escolarização, era preciso que o professor custasse menos ao

Estado. Homens sabiam o valor da sua formação e tinham consciência do seu direito a autonomia, não aceitariam salários menores e acabariam por migrar para profissões ainda não desvalorizadas. Bem como não foi por coincidência que, neste momento, o discurso dirigido para atrair as mulheres à profissão docente exaltou qualidades como abnegação, dedicação e altruísmo. Características socialmente atreladas ao destino biológico das mulheres e, agora, também consideradas essenciais à docência.

A falta de acesso às demais profissões é, neste processo, fator determinante para que o magistério fosse amplamente aceite como uma oportunidade pelas mulheres. Oportunidade esta que possibilitaria ultrapassar as fronteiras do mundo doméstico para ocupar espaço na esfera social. Finalmente, uma brecha para que mulheres pudessem fazer parte do mundo do trabalho remunerado.

Mulheres agora tinham a permissão de transitar pelo espaço público sem estarem acompanhadas e podiam adquirir conhecimentos que iam além dos afazeres domésticos. Almeida (2006) diz que a aceitação do magistério como opção adequada, foi reforçada “pelos atributos de missão e vocação, além da continuidade do trabalho do lar” (p.77). Áreas voltadas ao cuidado, como a enfermagem e a educação foram duas profissões percebidas como ocupações de prestígio, aceitas como opção de trabalho para as mulheres, já que estas profissões, atreladas a características tidas como femininas, não colocariam em risco o ideário social de mulheridade.

A docência tornou-se então um legado feminino. Esta é uma constatação que pode ser feita em visitas a quaisquer escolas primárias e de ensino básico. Contraditoriamente, homens ainda estão em maior quantidade em cargos educacionais de maior poder, como, por exemplo, secretarias e ministérios de educação.

A feminização do magistério é assim construída sobre o discurso da melhor qualificação da mulher a esta atividade, vinculada à sua natureza altruísta, ao seu “instinto maternal”. Nesta nova conjuntura, os homens que continuaram a trabalhar com educação, passam a exercer funções de

supervisão e administração. A mulher que por muito tempo viveu sobre imposições masculinas em casa e que teria agora um espaço de razoável autonomia, nessas circunstâncias, continuou sobre as mesmas imposições na profissão docente. Hirata (2002), diz:

A hierarquia social do masculino e do feminino, que estabelece a inferioridade e a subordinação do segundo ao primeiro, está longe de se esgotar no âmbito do mercado de trabalho. Se, por um lado, as fronteiras do masculino e do feminino se deslocam, por outro, essa hierarquia mantém-se intacta: os novos contornos da divisão sexual do trabalho ou as suas novas modalidades deixam persistir a própria divisão sexual, que se apoia tanto na hierarquia social do masculino sobre o feminino quanto na divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres. (p. 25)

É importante destacar que a memória coletiva apagou o fato de que a docência já foi uma profissão exclusivamente masculina. No processo de subjetivação que a sociedade exerce sobre a mulher, a narrativa construída faz com que pareça atemporal e natural a presença feminina maciça no magistério.

1.3. Afeto e cuidado como responsabilidades da mulher

A escolha do magistério como profissão, especialmente na educação infantil, é reconhecida socialmente como uma escolha inerente, consequência do destino biológico das mulheres. Louro (2007) declara que:

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não

subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. (p. 450)

Louro (2007) diz ainda que observar tais representações não é observar a condição feminina, mas sim notar um processo social através do qual uma dada posição é produzida. No começo deste século, teorias sobre as diferenças entendidas como naturais em relação ao comportamento e modalidade de raciocínio de homens e mulheres influenciaram decisões tomadas na área da Educação.

Os cursos de nível médio e profissional passam a atender às novas necessidades de formação do público feminino e preparam as mulheres para atividades vistas como adequadas ao seu sexo, consideradas uma extensão da função feminina na família. No artigo *Feminização do magistério: representações do espaço docente*, Rosa (2011) cita um trecho de uma entrevista feita com a professora C.:

Acredito que as mulheres sejam mais aptas para atuarem com crianças, pois o instinto materno é algo nato na mulher, não se dá para separar a essência humana do profissional. (Professora C, 2010, como referido em Rosa, 2011)

O relato da professora produz-se em consonância com as representações da condição feminina dadas pela cultura patriarcal. O artigo de Rosa (2011) mostra também uma carta enviada ao Ensino Municipal de São Paulo em homenagem póstuma à professora Vera Scalquette. A mensagem diz:

Foi essencialmente uma educadora: exigente, disciplinadora, batalhadora, porém, sabendo transferir aos seus alunos o amor de mãe que dispensava a seus dois filhos. (MEM, 1996, como referido em Rosa, 2011)

Os enunciados deste trecho evidenciam que o processo de afetivização da docência se relaciona com os estereótipos definidores das características tidas como maternas. O afeto e a responsabilidade pelo cuidado das crianças é entendido de modo naturalizado, sendo suprimido o seu caráter histórico e cultural. A carta para a professora Vera Scalquette termina com a seguinte frase:

Viveu para a união buscando acima de tudo a formação da criança, porque as crianças foram a razão da sua vida. (MEM, 1996, como referido em Rosa, 2011)

Novamente, o caráter altruísta entendido como inerente à existência feminina é aqui reforçado. Almeida (2006) diz que as mulheres têm a missão, neste cenário, de doar-se em nome da nobreza ao servir com submissão. A educação feminina, segundo a autora, também baseou-se na ideia de que a necessidade de educar as mulheres tinha como prioridade que estas cuidassem dos homens, e os tornassem melhores. Esta era a parte permitida às mulheres na contribuição para a grandeza da nação.

1.4. A mulher e a família

Na dinâmica histórica entre escola e família, as transformações na concepção de família estão diretamente ligadas às transformações no conceito de educação das suas crianças. Durkheim (1895) diz que a escola moderna nasce com a privatização da vida familiar e a construção do novo sentimento de infância na família conjugal. Rocha-Coutinho (1994) diz que, na Revolução Sentimental do século XVIII, com a defesa da Igreja e do Estado da ideia do amor espontâneo das mães pelos bebês, a criança torna-se o laço que une a família num amor romântico, inaugurando o ideário de infância como ainda o experimentamos hoje.

É imediata a identificação do processo de industrialização como um fator fundamental das mudanças organizacionais familiares. Entre o início do século XX e a atualidade, a educação das

crianças pequenas passa do espaço privado para o espaço público. Para Ariès (1973), a representação moderna da infância e da família é um produto resultante da burguesia urbana que, no século XVIII, passa a controlar a fecundidade e valoriza o sentimento e a privacidade como sinais de distinção.

Almeida (2005) declara então que a representação hegemónica da família (e da infância) torna-se, ela também, um projeto de domínio político e de alisamento das diversidades sociais. Neste cenário, a família como uma entidade biológica é desfeita para dar lugar à família como um espaço prioritariamente de exercício de um trabalho.

Quando a parceria família-escola é, então, oficialmente apresentada como solução para a escolarização bem-sucedida, acaba por exigir-se da mãe uma dedicação quase que prioritária à educação dos filhos. Tradicionalmente, na distribuição das responsabilidades dentre os membros da família, é esperado da mulher, geralmente no papel de mãe, a gestão das questões da esfera privada do quotidiano. Historicamente, o papel social determinado às mães é o das decisões sobre os problemas surgidos no universo que acaba com as paredes da casa. Esta delimitação de papéis sociais baseia-se e reforça os traços esperados da mulher e entendidos como femininos, como, por exemplo, o afeto e o cuidado, traços estes, também entendidos como intrínsecos aos processos educacionais. Os deveres domésticos, que por norma social são conferidos como responsabilidade da mulher, incluem agora também a instrução académica dos filhos, no papel parental de professor-coadjuvante. Esta configuração acaba por determinar um estilo particular de exercício da paternidade/maternidade, e tem como efeito indesejável o reforço da divisão sexual do trabalho.

1.5. A divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho é a configuração da divisão do trabalho social, resultante das relações sociais de género. Esta divisão dá-se, historicamente, como um fator determinante para a organização das famílias, e portanto, um ponto de partida da estruturação da própria sociedade.

É ainda “um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (Hirata & Kergoat, 2007). Segundo Kergoat (2000), a concepção de divisão sexual do trabalho foi primeiramente utilizada no campo das ciências sociais por etnólogos como Lévi Strauss, que descreveram essa divisão como um sistema de repartição complementar das tarefas de homens e mulheres nas comunidades que estudavam.

Com os estudos de antropólogas como Margaret Mead nos anos 30 e, mais tarde, sob o impulso do movimento feminista francês dos anos 70, a ideia de divisão sexual do trabalho ampliou-se. É a partir deste momento que se aprofunda a ideia de divisão sexual do trabalho associando-a ao sistema hierárquico, moldado histórica e socialmente, entre dois grupos distintos: homens e mulheres. Agora, o conceito de trabalho, inclui também o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado.

Ao desvelar a assimetria entre estas duas classes de indivíduos, denota-se a não dissociabilidade entre divisão sexual do trabalho, divisão sexual do saber e divisão sexual do poder. Daniele Kergoat (2000), afirma:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho. (p. 67)

A divisão sexual do trabalho não é, contudo, um dado rígido. Ainda que os seus fatores determinantes - os sexos - permaneçam os mesmos, os padrões de comportamento entendidos como masculino e feminino variam amplamente em tempos e espaços diferentes. Margaret

Mead, ao deixar os Estados Unidos e descobrir uma nova realidade na Nova Guiné, na década de 1930, relata as diferenças entre os padrões de feminino e masculino nestas duas sociedades.

A antropóloga encontrou, na sua pesquisa, papéis sociais de gênero distintos dos naturalizados nas sociedades ocidentais, contrariando a premissa de que a separação entre homens e mulheres seja um fator natural, resultante de características biológicas que se refletem socialmente. A partir deste momento, torna-se possível então enxergar o gênero como dado culturalmente adaptável, e evidencia-se, no trabalho de Mead, que a identidade cultural não é natural nem inerente ao indivíduo. Ela é anterior a ele e, como a própria cultura, se transforma. A identidade cultural, no caso do objeto deste estudo, a identidade do indivíduo resultante da socialização de gênero, é por sua vez, construída, manipulada diferentemente em sociedades distintas. Cuche (1999) afirma que mulheres e homens têm os seus comportamentos condicionados culturalmente e que a própria ideia de cultura opõe-se à tese de que certos comportamentos são inatos aos indivíduos.

Essa flexibilidade dos papéis sociais de gênero pode ser reconhecida em dados históricos e antropológicos, que apontam o fato de uma mesma tarefa, considerada tipicamente feminina em certa sociedade, pode ser considerada tipicamente masculina em outras (Milkman, 1987). Assim, problematizar a divisão sexual do trabalho supõe evidenciar os seus deslocamentos e ruturas. Evidencia também a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão. Por isso, em nenhuma instância, pretende-se aqui associá-la a um pensamento determinista.

Gradualmente, os estudos sobre a divisão sexual do trabalho desligaram-se da referência obrigatória de analisar o trabalho doméstico como atividade complementar ao trabalho profissional. Isso permitiu utilizar a divisão sexual do trabalho para repensar o próprio conceito de trabalho, as suas categorias e configurações ao longo da história e a interrelação das múltiplas divisões do trabalho socialmente produzido.

Essa nova perspectiva permitiu trazer à luz conceitos como tempo social (Langevin, 1992), qualificação (Kergoat, 1982), produtividade (Hirata e Kergoat, 1988) ou, mais recentemente, competência (Kergoat 2000). Sobre competência, Kergoat expressa que a qualificação e a concentração das profissões femininas limitadas a áreas específicas são o resultado da socialização das mulheres para desenvolver apenas as habilidades que correspondam às expectativas sociais do que se entende por mulheridade.

As relações sociais de género e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema estruturante para o conjunto do campo social. É através dessas relações que se determina o lugar dos homens nas esferas de maior poder, aquelas produtivas e públicas, e que também, limita-se a participação das mulheres às esferas reprodutivas e privadas. Neste cenário, não é possível pensar a distribuição de responsabilidades dentro da família sem considerar também as relações de poder entre os seus próprios agentes individuais.

De acordo com estudo realizado em 2019 pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, intitulado *As mulheres em Portugal hoje* (Sagnier, et al, 2019), as mulheres dedicam mais de metade do tempo que estão acordadas e em casa para o trabalho de higiene e manutenção de onde vivem e do cuidado e educação dos filhos, quando os têm. Uma mulher com filhos menores de 5 anos dedica 46% desse tempo aos filhos, 35% nas tarefas domésticas, e 1% no cuidado de pessoas dependentes.

Desta forma, o conjunto do trabalho não pago requer 82% do tempo das mulheres, restando para si próprias, em média, 54 minutos por dia. Se considerarmos somente as tarefas domésticas, as mulheres com parceiros homens são responsáveis pelo triplo de trabalho que os seus companheiros. Em média, 74% das tarefas domésticas são feitas pelas mulheres, enquanto os homens com quem vivem encarregam-se de, em média, 23%.

No cuidado e educação dos filhos, as mães também são responsáveis por mais do triplo de trabalho que os pais. Em média, 73% das tarefas relativas ao cuidado e educação dos filhos é feita pelas mães, e 21% pelos pais. Familiares ou a ajuda remunerada são os responsáveis pelos 6% restantes. Os dados do estudo ainda mostram que estar ativa no mercado de trabalho não implica redução do tempo que as mulheres dedicam ao trabalho não pago da casa e no cuidado e educação dos filhos.

Ainda de acordo com o estudo da Fundação, ao considerarmos o passo em que evolui a contribuição do homem para a execução das tarefas domésticas nas últimas gerações em Portugal, faltam ainda entre cinco e seis gerações mais para que se igualem as posições da mulher e do homem na distribuição das tarefas para os casais heterossexuais que vivem numa mesma casa. O estudo revela:

O tipo mais recorrente, composto por 42% dos casais, é o constituído por aqueles casais em que “ela faz mais do que ele” dado que costuma encarregar-se, em média, de 73% das tarefas familiares. O tipo seguinte mais recorrente, em que se encontram 33%, é o dos casais em que “ela faz sozinha todo o trabalho não pago da família”, visto encarregar-se, em média, de 90% das tarefas familiares. Somando estes dois tipos mais recorrentes de mulheres, podemos concluir que em 75% dos casais em que uma mulher vive com um homem, ela contribui muito mais do que ele para os trabalhos não remunerados que derivam da família que formaram. Os casais equilibrados, porque tanto ele como ela proporcionam um número de horas semelhante, não chegam a um quarto, 23%. E aqueles em que ele costuma fazer mais do que ela representam um valor muito escasso de 2%. (p. 246)

Como podemos ver, o debate sobre a divisão sexual do trabalho trata não somente de uma ordem epistemológica, mas também de uma ordem política. Trata-se de compreender historicamente como as relações sociais tomaram corpo nas instituições (o casal, a família, a filiação, o trabalho, etc.) que legitimam o estado das relações de força entre os grupos num momento dado (Scott, 1995). Desta forma, fazendo possível extrair e expor as tensões geradas por essas relações de força na sociedade. Portanto, se os grupos de género não são mais categorias fixas e sim resultado de relações históricas e culturais, podemos periodizar o que os constrói, um em função do outro. E, com isso, podemos então abordar o problema da mudança - e não somente do rearranjo do social.

1.6. Os períodos de confinamento e o impacto nas famílias

Até o momento, o primeiro caso conhecido de Covid-19 aconteceu em Wuhan, China, em dezembro de 2019. A disseminação do vírus por vários países e o aumento exponencial do número de casos fez a Organização Mundial de Saúde declarar estado de pandemia global, em 11 de março de 2020.

Em resposta à crise, governos de diversos países implementaram medidas de contingência para salvaguardar as suas populações e impedir a disseminação do novo vírus SARS-CoV-2. Em 18 de março de 2020, é decretado o primeiro período de Estado de Emergência em Portugal, num conjunto de medidas que encerram atividades de comércio e serviços, e restringem a circulação e a aglomeração de pessoas. Dos residentes em Portugal, foi exigido o autoisolamento, não somente a quem teve um possível contacto com o vírus, mas a toda a população. O confinamento e o isolamento social tornam-se, a partir de 18 de março, compulsórios.

No estudo *Resultados Preliminares sobre o impacto Psicossocial da COVID-19 em Portugal* (Relvas, et al, 2020), realizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, as autoras descrevem:

O confinamento à habitação, e conseqüente isolamento social, tornou-se, assim, uma realidade presente na vida dos portugueses, tendo impactos a vários níveis, nomeadamente: indiferenciação entre o local de lazer e o local de trabalho (teletrabalho, quando possível), maior assistência aos filhos no método de ensino à distância, redução dos contactos com a família alargada e redes sociais, lazer familiar de carácter indoor e dificuldade de planeamento a curto/médio prazo. (p. 3)

Dadas as limitações apresentadas pelo Estado de Emergência, as pessoas passam a lidar com mudanças fundamentais nas suas rotinas. A partir daquele momento, era necessário entender a proximidade a outras pessoas como um possível perigo à saúde. Termos como distanciamento social e curva de contágio passam a fazer parte do vocabulário e das preocupações diárias da população. Questões corriqueiras de higiene, como lavar as mãos e ir às compras, são agora permeadas por instruções bastante específicas de como devem ser feitas. Estes fatores, somados ao temor de um possível contágio e a atenção constante aos eventos mundiais relacionados à pandemia, traduzem-se numa situação de grande stresse para os indivíduos (Brooks, 2020).

Durante a primeira vaga da pandemia em Portugal, em resposta à contínua progressão da disseminação no país, o Estado de Emergência foi renovado em mais duas datas, 3 e 17 de abril. Sendo terminado em 3 de maio de 2020. Na mesma data, 3 de maio, implementou-se o Estado de Calamidade, com medidas menos rigorosas de confinamento e trânsito de pessoas.

Em relação às escolas, até a data de 18 de março de 2020, 107 países haviam decretado o fechamento das suas escolas a nível nacional. Outros 12 países fecharam as escolas nas regiões de maior densidade populacional. Sem aulas presenciais, a tele-escola é a solução encontrada para o ensino até ao 9.º ano de escolaridade durante o terceiro período do ano letivo. Apenas o ensino secundário retoma as aulas presenciais no mês de maio, tendo o uso da máscara como imposição.

Em meados de novembro de 2020, o número de casos diários de Covid-19 atinge novos recordes em Portugal, e o país entra na segunda vaga da crise pandémica. Em janeiro de 2021, já na terceira vaga, são registados recordes de casos diários, em média, dez vezes maiores do que nas duas vagas anteriores. Portugal torna-se o país com o maior número de novos casos diários do mundo. As escolas, que passaram a abrir-se paulatinamente a alunos de diferentes anos de escolaridade desde o final de maio de 2020, voltaram a fechar-se completamente (incluindo creches e universidades) em 22 de janeiro de 2021, acompanhando o novo período decretado de Estado de Emergência.

O *Monitor Global de fechamento das escolas da UNESCO* (2021) mostra que na primeira semana de fevereiro de 2021, as escolas mantinham-se fechadas em 28 países, afetando 12,7% da população global em idade escolar.

...globally, schools were fully closed for an average of 3.5 months (14 weeks) since the onset of the pandemic. This figure rises to 5.5 months (22 weeks) – equivalent to two-thirds of an academic year – when localized school closures are taken into account. The duration of closures varies greatly by region, from as many as 5 months (20 weeks) of complete nation-wide closures on average in Latin America and the Caribbean countries, to 2.5 months (10 weeks) in Europe, and just one month in Oceania. (Article: UNESCO figures show two thirds of an academic year lost on average worldwide due to Covid-19 school closures, 2021)

De acordo com um estudo do *Boston Consulting Group*, feito nos EUA, Reino Unido, Itália, Alemanha e França, durante o período de fechamento das escolas, mães e pais dedicaram semanalmente uma média de 44 horas para o cuidado dos filhos. 17 destas horas no auxílio a educação remota, 23 no cuidado e acompanhamento das atividades das crianças (excluindo

atividades educacionais) e 7 horas no planeamento dessas atividades. Mães no Reino Unido tiveram um aumento de 31% na quantidade de trabalho doméstico durante o confinamento (Krentz, et al, 2020).

Com a súbita transição ao teletrabalho e às aulas à distância durante o confinamento, novos desafios surgem para esta adaptação. A falta de estrutura nas habitações para acomodar as novas necessidades acaba por potencializar as vulnerabilidades preexistentes em algumas famílias. Famílias com baixa renda encontram mais dificuldades estruturais para o teletrabalho e as aulas à distância, como acesso a equipamento e conexão à internet. Pais e mães que continuam a ter as suas rotinas de trabalho de forma presencial, com o confinamento severo, não podem contar com a ajuda da família alargada para o cuidado dos filhos. Com as escolas fechadas, acabam por encontrar mais dificuldades de gerir a sua atividade profissional.

...sem creches, jardins de infância e escolas e sem o apoio de avós, muitas pessoas viram-se sem alternativa senão recorrer a férias ou ao apoio excecional à família para poderem tomar conta de filhos e filhas – com as decorrentes perdas de rendimento. (Silva, et al., 2020, pág. 19)

O estudo *Trabalho e Desigualdades no Grande Confinamento - perdas de rendimento e transição para o teletrabalho* (2020) desenvolvido pelo Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social, analisa os impactos da pandemia no mercado de trabalho. As descobertas do estudo estão centradas na esfera laboral, mas acabam por ultrapassar as questões do trabalho, e nos ajudam a perceber outras consequências da pandemia para as famílias em Portugal. O estudo mostra que quem mais perde rendimentos durante a pandemia é a parte da população encarregada dos postos de trabalho mais precarizados, com vínculo laboral mais frágil (pág. 8). Evidencia-se também que a maioria dos profissionais que têm a oportunidade de fazer teletrabalho são os profissionais com ensino superior (pág 8). Segundo o estudo:

O Grande Confinamento está, portanto, a reproduzir velhas desigualdades, intensificando-as nuns casos e dando-lhes um novo protagonismo noutros. O avanço da desigualdade está e será produzido primordialmente por via da exclusão dos mais precários do emprego. (pág. 18)

As desigualdades apontadas pelo estudo, que se acentuam com o confinamento, trazem também à superfície as questões de género e de divisão do trabalho doméstico:

A informação apurada no Inquérito ICS/ISCTE demonstra que as mulheres têm menos condições para o teletrabalho do que os homens, o que será explicável, também, pelo facto de serem elas as principais protagonistas no desempenho das tarefas domésticas (Perista, et al, 2016). O trabalho a partir de casa é menos problemático para os homens porque estes assumem menos responsabilidades... (pág. 18)

A situação do confinamento acaba por reforçar a importância de uma questão fundamental para o campo dos estudos de género, a invisibilização do trabalho não pago, doméstico e da esfera do cuidado. Os primeiros resultados do estudo *O impacto social da pandemia* (Magalhães, et al., 2020) desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, revela que as mulheres entre 35 e 44 anos, com rendimentos baixos, são quem tem mais dificuldade em gerir as atuais restrições. Em contrapartida, são os homens, com mais de 65 anos e com rendimentos altos, quem tem menos dificuldades em relação às atuais restrições. “Ao nível do agregado familiar, são os indivíduos com agregados mais numerosos e com crianças menores que estão mais representados entre aqueles que apresentam mais dificuldade em gerir este estado de emergência. Em oposição, os menos representados são os que vivem sozinhos.” (pág. 34)

1.7. Mulheres durante a situação de pandemia

A distribuição desigual do trabalho não pago, apesar de já conhecida, acaba por ficar mais perceptível com a crise pandémica. Em grande parte, devido ao fechamento de serviços de apoio a crianças, idosos e pessoas com dependência. A novidade, neste cenário, é que o trabalho pago e o trabalho doméstico agora se realizam no mesmo espaço e em simultâneo, agravando as articulações já desgastadas entre vida pessoal, familiar e profissional, especialmente para as mulheres. A jornalista alemã Alice Schwarzer (2020) afirma em entrevistas recentes que há uma *retradicionalização dos papéis de género* durante a pandemia.

Em pesquisa feita pela organização Deloitte (2020), dados mostram que 65% das mulheres em situação de confinamento afirmam ter um volume maior de afazeres domésticos, 58% das mulheres com filhos pequenos dizem ter mais responsabilidades com o cuidado dos filhos durante o confinamento. 70% das mulheres que responderam à pesquisa desenvolvida pela organização acreditam que o confinamento terá consequências negativas para as suas carreiras. 10% das respondentes consideram, depois do confinamento, desistir por completo das suas carreiras profissionais.

O desemprego, a falência dos pequenos negócios, a precariedade e a incerteza desencadeiam uma crise social que faz transparecer a persistência das estruturas de desigualdade nas sociedades contemporâneas. Segundo o *European Institute for Gender Equality* (2020), 93% dos empregos de cuidado de crianças é desempenhado por mulheres nos países membros da União Europeia. Mulheres também ocupam 86% dos empregos de cuidados pessoais na área da saúde (em Portugal, o número é de 80%). São as mulheres que ocupam 95% dos empregos de limpeza e auxílio nos afazeres domésticos. Estes postos de trabalho são tradicionalmente mais precários, já que geralmente não são abrangidos pelas leis laborais. O estudo relata ainda:

Another group of people who are highly vulnerable are domestic

workers, the majority of whom are women migrants. In many EU Member States, migrant domestic workers are employed as undeclared workers in the informal economy. (Covid-19 and Gender Equality, 2020)

Também não é por acaso que há mais mulheres infetadas do que homens. Números do jornal Público, mostram que, até a segunda semana de fevereiro de 2021, mulheres entre os 20 e os 60 anos somam 24.8% dos casos confirmados em Portugal. O maior grupo de indivíduos infetados são as mulheres entre 40 e 49 anos. Elas, sozinhas, representam perto de 10% dos casos confirmados no país até então.

Empregos que demandam contacto direto com o público são outro fator explicativo para a predominância das infeções em mulheres. Ainda de acordo com os números do *European Institute for Gender Equality* (2020), mulheres são maioria em cargos que envolvam apoio direto ao cliente. São as mulheres que ocupam 64% dos empregos como vendedoras em lojas, e 82% dos empregos de caixas e bilheteria, por exemplo.

2. ESTUDO EMPÍRICO

A educação e as relações sociais são fenômenos humanos complexos, de características abrangentes e processos dinâmicos. É comum que os objetos de estudo nestas áreas do conhecimento se apresentem de forma intrincada. As pesquisas nesses campos de conhecimento não devem ignorar a complexidade dos processos e o do objeto que as orientam. Assim como não devem desconsiderar as subjetividades do próprio investigador que, não escapa da sua própria visão de mundo, das suas experiências e do contexto histórico e social do qual faz parte. As dimensões avaliadas no estudo pretendem compreender os fatores macrossociais que tem influência sobre o fenômeno estudado, reconhecendo-se que “toda a atividade humana não se desenvolve num vácuo social, mas está antes rigorosamente situada num contexto sociohistórico e cultural de significados e relações” (Rosnow & Georgoudi, 1986, p. 4). Para Bogdan e Biklen (1994), o investigador primeiro descreve e depois analisa os dados indutivamente, focando-se em todo o processo, centrando-se no significado das coisas.

Para esta investigação, recorreu-se a um estudo misto que permite ultrapassar as limitações das metodologias quantitativas e qualitativas quando utilizadas isoladamente. Proporcionando, através da complementaridade dos dados, um entendimento mais amplo do objeto estudado. Dados quantitativos e qualitativos foram coletados e depois fundidos pela estratégia de triangulação concomitante, com o objetivo de determinar convergências, diferenças e combinações. Denzin (1970) afirma que a combinação de diferentes teorias, métodos e fontes de dados é positiva na superação de vieses que podem atingir estudos com abordagens singulares.

Neste capítulo são apresentadas as opções metodológicas (5), e a descrição dos participantes do estudo (5.1). Em seguida, apresentam-se as técnicas de recolha de dados (5.2) e de análise dos dados (5.3) utilizadas nesta investigação, onde se incluem os questionários e as entrevistas. Por fim, são descritas as questões de ordem ética (5.4) consideradas para este estudo.

2.1. Opções Metodológicas

Tashakkori e Teddlie (2010, p. 273) resumem em nove as características gerais das pesquisas com métodos mistos. Aqui, destacamos três: o ecletismo metodológico, o pluralismo paradigmático e o foco sobre a questão específica de pesquisa na determinação do método a ser empregado. Por tais razões, são combinados os diferentes aspectos quantitativos e qualitativos com o foco voltado para o problema de pesquisa, cujas peculiaridades determinarão as características metodológicas eleitas para o desenvolvimento do processo investigativo.

Elegeu-se esta modalidade de estudo, por seu caráter holístico, adequado para o estudo dos comportamentos condicionados socialmente, que se tornam invisíveis, mas que refletem os seus significados em ações e palavras. Sendo, através desta abordagem de dados complementares, possível descrever ações, captar significados, analisar interações, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Segundo Creswell, (2014):

“Mixed methods research is an approach to inquiry involving collecting both quantitative and qualitative data, integrating the two forms of data, and using distinct designs that may involve philosophical assumptions and theoretical frameworks. The core assumption of this form of inquiry is that the combination of qualitative and quantitative approaches provides a more complete understanding of a research than either approach alone.” (p.4)

Em síntese, elegeu-se aqui a modalidade mista de investigação, tendo em conta a questão-problema e os objetivos deste estudo, por ser uma opção desejável, já que permite uma investigação mais rica e robusta, ao conciliar as vantagens de ambos os métodos (Creswell & Clark, 2007).

Minayo e Sanches (1993), apontam para uma tese de complementaridade entre as duas abordagens, positivista e interpretativista. Segundo os autores, numa perspectiva epistemológica, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra. Do ponto de vista metodológico, não há contradição, mas também não há continuidade entre as abordagens. Minayo e Sanches afirmam que a proposta aqui não parece ser a de integração entre as abordagens, mas sua utilização complementar em questões de pesquisa: “o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa” (p. 247).

A primeira parte da investigação recorreu à recolha de dados por questionários. Esta fase permitiu a recolha de um número maior de respondentes voluntários e as respostas foram transformadas em dados quantitativos. As informações foram apresentadas através de uma análise descritiva, examinando as relações entre variáveis que confirmam ou não as hipóteses de pesquisa por dedução (Denzin & Lincoln, 2005).

Numa segunda parte do estudo, foram realizadas entrevistas com um número menor de respondentes, também voluntários, a partir das respostas dos questionários. Uma maior profundidade foi conquistada através das entrevistas, que complementaram a abordagem mais restrita do questionário. As entrevistas semiestruturadas pretendem trazer para a investigação os aspetos afetivos e valorativos dos informantes. Valores estes que determinam significados pessoais das suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados, e a maior liberdade que estes têm, fazem surgir questões inesperadas ao entrevistador que podem ser de grande utilidade para a pesquisa. Segundo Yin (2010), quando o interesse é investigar fenómenos, não num contexto experimental, mas no contexto natural em que ocorrem, o investigador tem pouco controle sobre os eventos.

Neste caso, alterar o contexto a ser investigado pode alterar os resultados e a pertinência do próprio estudo feito. O poder de controlo do investigador fica circunscrito à escolha dos limites que darão forma ao caso a ser estudado. Nesta complementaridade entre questionários e

entrevistas, foi possível coletar informações suficientes, de forma organizada, para que outros pesquisadores, que tenham acesso aos dados, “possam também replicar a sua pesquisa e obter resultados semelhantes e comparáveis” (White, 2005).

2.2. Participantes

A seleção dos participantes foi aleatória e voluntária para possibilitar o acesso a percepções e experiências diversificadas. O questionário foi disponibilizado aos pais e mães, residentes em Portugal e de quaisquer nacionalidades, com filhos em idade escolar no ensino básico. A escolha desta faixa etária para os filhos, dos 7 aos 14 anos, deve-se ao fato de que, nessa idade, ainda se faz necessária a intervenção dos pais na rotina escolar de maneira mais acentuada. Já que nesta fase as crianças e jovens têm uma quantidade de responsabilidades escolares já de tamanho considerável, mas ainda não tem total autonomia sobre a própria gestão dessas atividades.

Neste estudo, parece ainda fundamental considerar as dinâmicas existentes em casais do mesmo sexo, já que se pretende aqui analisar a distribuição das tarefas educacionais entre os dois responsáveis por uma criança em um mesmo núcleo familiar, levando principalmente em consideração todas as implicações de gênero presentes na divisão sexual do trabalho. Em Portugal, o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado há dez anos, sendo a adoção por pais homoafetivos legalizada em 2016. Este estudo pretendeu ser inclusivo a esta parte da população.

Os questionários foram disponibilizados em grupos da rede social Facebook, para a população alvo do estudo, como os grupos “#EstudoEmCasa”, “Mães e pais descomplicados - Portugal”, “Imigrantes em Portugal”, “Espaço54 - Grupo de apoio à educação inclusiva”, “Esta cena de ter filhos dava um filme”, “Guia para pais desesperados - como ocupar os filhos sem sair de casa”. Também foram divulgados em dois grupos restritos à mulher, o “Mulheres à Obra” e o grupo “Mães de Portugal”. Para alcançar pais e mães em configurações familiares de casais do mesmo

sexo, foi abordada a instituição ILGA, que também ajudou com a divulgação do questionário à lista de endereços eletrônicos da instituição.

Na busca por grupos focados em parentalidade e educação nas redes sociais, é notável a disparidade no número de pais e mães que participam dos grupos mistos. No grupo #EstudoEmCasa, criado em abril de 2020 para a partilha de informação e materiais de e para pais e mães durante a pandemia, dos 19 967 membros, apenas 58 são homens. No grupo Mães e Pais Descomplicados de Portugal, dos 1 453 membros, 8 são homens. Há uma enorme quantidade de grupos exclusivos para mães, porém não foi possível encontrar grupos exclusivos para pais nesta mesma rede social.

Esta tendência se reflete no engajamento tanto à divulgação do questionário quanto às entrevistas propostas abertamente nos grupos acima mencionados. Das 100 respostas obtidas, apenas 2 são de pais, 98 são de mães. Das 8 entrevistas concedidas, 8 são de mulheres.

2.3. Instrumentos de recolha de dados

A recolha de dados para análise foi feita através de questionários fechados em conjunto com entrevistas semiestruturadas. O questionário (anexo 3) criado para este estudo foi hospedado na plataforma de pesquisas da Google e foi dividido entre perguntas de âmbito sociodemográfico e comportamental. Kvale, (1996); Gillham (2000); Gray (2004); Rubin e Rubin, (2005), todos citados por Amado (2014), evidenciam que a problemática em torno das questões usadas para a recolha de dados é fundamental, dado que “a resposta depende das condições da interrogação, isto é, natureza, ordem, contexto, reformulação, clareza, etc.” (p. 219)

Por sua vez, as entrevistas (anexo 4) foram feitas pela plataforma Google Meet, com indivíduos que se disponibilizaram voluntariamente ao deixar o seu contacto de email no questionário, caso estivessem interessados em participar da entrevista. Antes de aplicação, tanto o questionário quanto a entrevista foram avaliados previamente por dois colegas pesquisadores e, finalmente,

por dois investigadores seniores, com o intuito de validar a estrutura e analisar a eficiência e fiabilidade da recolha de dados. Com o uso Google Meet, as entrevistas puderam ser realizadas e gravadas, e com o acesso ao Google Drive, arquivadas. Posteriormente, foram transcritas e adicionadas à plataforma NVivo para análise, permitindo maior exploração da complexidade dos dados obtidos com as respostas às perguntas abertas. Para Santos (2011), “o pesquisador que trabalha os seus dados a partir da perspectiva da análise de conteúdo está sempre procurando um texto atrás de outro texto, um texto que não está aparente já na primeira leitura e que precisa de uma metodologia para ser desvendado” (p.87).

Na estratégia da formulação das questões para a recolha dos dados, houve a preocupação em considerar fatores que podem, eventualmente, influenciar a interpretação dos resultados. As questões foram formuladas com uma comunicação simples e sem ambiguidade, garantindo assim que as perguntas tivessem o mesmo significado para o pesquisador e para os respondentes.

2.4. Análise de dados

Os dados recolhidos através dos instrumentos de recolha nos dois momentos de investigação, questionário e entrevista, e as suas respetivas análises, foram realizadas em três etapas. Na primeira, submetendo os dados quantitativos, coletados pelo questionário, à análise descritiva e inferencial na plataforma SPSS, que permitirá descrever as características básicas dos dados da amostra e concluir se há associações ou diferenças inter ou intra-sujeitos, respetivamente.

Em um segundo momento, foram submetidos os dados das entrevistas semiestruturadas a uma análise de conteúdo na plataforma Nvivo. Os dados foram transcritos e analisados, pretendendo-se estabelecer unidades de registo, de significado ou temáticas, ou de ocorrência, ou concomitância.

Finalmente, num terceiro momento da análise procurou-se articular a discussão aprofundada dos resultados de ambas as vertentes empíricas do estudo, com base nos resultados alcançados na vertente quantitativa, e também aos dados obtidos na abordagem qualitativa. Foi abordada nesta

última fase a interação das questões de investigação tanto com os objetivos de investigação como com a contribuição da literatura para a compreensão dos dados e para o desenvolvimento das conclusões.

2.5. Questões de ordem ética

Na administração dos questionários foram previamente apresentados aos respondentes os objetivos do estudo, a garantia do anonimato e da confidencialidade dos dados recolhidos. Foi requisitado, no próprio questionário, o consentimento informado dos mesmos (anexo 2). A participação dos respondentes foi voluntária e os mesmos puderam desistir de responder às perguntas caso não estivessem à vontade para fazê-lo. O questionário e a entrevista foram também previamente avaliados e aceites pela Comissão de Ética da Universidade de Lisboa. A carta com o parecer final da Comissão encontra-se no Anexo 1 deste trabalho.

Para a entrevista, foram também apresentadas, no termo de consentimento informado enviado previamente aos participantes, a garantia de que os dados recolhidos só seriam usados para fins académicos e que os áudios coletados nas entrevistas seriam apagados logo após a análise estivesse pronta.

O questionário não requer nenhuma informação pessoal para validação. Informações como o nome completo ou morada, por exemplo, não são relevantes para o estudo e, portanto, estão desvinculadas das identidades dos respondentes, protegendo assim a privacidade dos participantes. A plataforma que hospeda todas as informações recolhidas (questionários e áudios das entrevistas) garante nos seus termos e condições a confidencialidade e a proteção dos dados armazenados, segundo a Regulação de Proteção de Dados, em vigor na Europa desde 2016, segundo o site da Comissão Europeia.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. Análise dos questionários

Do total de respondentes aos questionários (n=100), 98 são mães e 2 são pais. Todos os respondentes vivem em Portugal e tem filhos em idades entre 7 e 14 anos. Os questionários foram partilhados entre abril e junho de 2020 nos grupos de Facebook dedicados a questões relacionadas a parentalidade e educação, listados no capítulo anterior deste estudo.

Num estudo que procura perceber como as relações de género e da divisão sexual do trabalho impactam a participação parental na educação dos filhos, podemos considerar que a diferença considerável entre o número de mães e pais nas respostas ao questionário e às entrevistas parece ser um dado, já de princípio, revelador.

Na busca por grupos focados em parentalidade e educação nas redes sociais, é notável a disparidade no número de pais e mães que participam dos grupos mistos. No grupo #EstudoEmCasa, criado em abril de 2020 para a partilha de informação e materiais de e para pais e mães durante a pandemia, dos 19 967 membros, 58 são homens. No grupo Mães e Pais Descomplicados de Portugal, dos 1 453 membros, 8 são homens. Há uma enorme quantidade de grupos exclusivos para mães, porém não foi possível encontrar grupos exclusivos para pais nesta mesma rede social. Esta tendência se reflete no engajamento das mães e pais tanto nas respostas ao questionário quanto nas entrevistas propostas abertamente nos grupos acima mencionados.

Nas respostas ao questionário, descobrimos que 20% dos indivíduos afirma que os seus filhos estudam em escola privada, 80% afirma que os seus filhos estudam em escola pública. Das 98 mães respondentes, 100% afirma viver na mesma casa que os filhos, e dos dois pais respondentes, 1 afirma viver com os filhos.

77% do total de respondentes tem um trabalho remunerado a tempo inteiro, 7% tem um trabalho em tempo parcial e 16% dos respondentes, não tem um trabalho remunerado.

O quadro 1 sugere que o número de filhos será determinante para o regime laboral de cada respondente, visto que os respetivos valores variam significativamente para indivíduos com um número maior ou menor de filhos, como podemos ver abaixo.

Quadro 1

Tabulação Cruzada: Número de Filhos, Regime de Trabalho

N. Filhos	Tempo Integral	Tempo Parcial	Não Trabalha	Total
	1	31	5	4
2	38	1	6	45
3	7	1	3	11
4	1	0	2	3
5	0	0	1	1
Total	77	7	16	100

É notável a maior incidência de respondentes com até dois filhos a ter um trabalho a tempo integral. Dos 16 respondentes que afirmam não ter um trabalho remunerado, 100% são mulheres. Das mulheres que responderam ao questionário (n=98), 5 estão atualmente em relacionamentos homoafetivos, como vemos no quadro 2, abaixo.

Quadro 2

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Género do parceiro

	Género do Parceiro		
	Homem	Mulher	Total
Mãe	93	5	98
Pai	0	2	2
Total	93	7	100

Vale aqui entender se as dinâmicas entre casais do mesmo sexo diferem na distribuição do trabalho doméstico e de cuidados com as crianças, já que os dois adultos de um mesmo núcleo familiar podem não estar sujeitos à divisão sexual do trabalho da mesma maneira que um casal de duas pessoas de sexos diferentes. A análise desta e de outras categorias relacionadas aos objetivos da pesquisa, estarão descritas nas secções seguintes.

Segundo as respostas ao questionário, antes do fechamento das escolas durante a primeira onda da pandemia em Portugal, 85% (n=98) das respondentes afirmaram serem as únicas responsáveis pelo contacto com a escola dos filhos sem ajuda do parceiro (quadro 7). 70% (n=98) eram as únicas responsáveis pelo lanche escolar dos filhos (quadro 5).

E 62% (n=98) das mulheres tinham a responsabilidade de preparar todas as refeições para toda a família, sem a ajuda dos parceiros (quadro 6). 84% das mulheres (n=98) afirmam (quadro 3, abaixo) que o cuidado e organização do material escolar dos filhos era responsabilidade exclusivamente sua e não do parceiro.

Quadro 3

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Cuidado com material escolar

	Quem cuida da compra/organização do material escolar?			Total
	Eu	Tarefa dividida entre os pais	Apenas o meu companheiro (a)	
Mãe	84	13	1	98
Pai	0	2	0	2
Total	93	15	1	100

Aqui, já é possível evidenciar que, apesar de ainda serem as mulheres as maiores responsáveis pelo cuidado da família e dos filhos, 76.5% das mulheres respondentes tem um trabalho remunerado a tempo inteiro. Como também vemos no próximo quadro (4), apenas 7% das mulheres respondentes tem um trabalho remunerado a tempo parcial. Do total de mulheres respondentes (n=98), 16% afirmam não ter um trabalho remunerado.

Quadro 4

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Regime de Trabalho

	Tem um trabalho remunerado?			Total
	Tempo Integral	Tempo Parcial	Não Trabalha	
Mãe	75	7	16	98
Pai	2	0	0	2
Total	77	7	16	100

Ainda sobre o lanche escolar dos filhos, nota-se (quadro 5) que, 17% das mulheres (n=98) afirma dividir esta tarefa com o companheiro. Das 5 mães respondentes que estão num relacionamento com outra mulher, 3 (60%) afirmam dividir esta tarefa com as suas companheiras. 5% do total de

98 das mães escolheu “outro” para esta questão. E os comentários revelam que, as crianças são responsáveis pelo próprio lanche escolar (3 respondentes) ou estas refeições são feitas na escola (2 respondentes). Novamente, apesar do baixo número de respondentes homens, 1 de 2 diz se encarregar sozinho desta atividade. Dito isso, podemos evidenciar pelas respostas das mulheres que, das 95 mulheres em casais heterossexuais de duplo emprego, 73% (70 mulheres) afirmam encarregar-se sozinhas desta atividade. Para os casais do mesmo sexo, após os dados coletados, fica inconclusivo afirmar qualquer diferença na divisão das tarefas domésticas, dado o baixo número de respondentes às perguntas.

Quadro 5

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Lanche Escolar

	Antes do fecho das escolas, quem se encarregou do lanche escolar dos filhos?				Total
	Eu	Tarefa dividida entre os pais	Apenas o meu companheiro (a)	Outro	
Mãe	70	5	18	5	98
Pai	1	0	1	0	2
Total	71	5	19	5	100

Após o fecho das escolas, não haveria a necessidade do planeamento e preparação do lanche dos filhos para levar à escola, mas, em contrapartida, todas as refeições passam a ser feitas em casa dado o período de confinamento.

Durante este período, 63% do total de 98 mulheres afirmaram serem as únicas responsáveis pela preparação das refeições para a família (quadro 6). 29% (n=98) dizem dividir estas tarefas com os seus companheiros.

Quadro 6

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Preparo de refeições para a família

	Antes do fecho das escolas, quem preparava as refeições para a família?				Total
	Eu	Tarefa dividida entre os pais	Apenas o meu companheiro (a)	Outro	
Mãe	62	28	6	2	98
Pai	1	1	0	0	2
Total	63	29	6	2	100

Os 2 respondentes que escolheram a opção “outros” como resposta a esta questão, descrevem que aqui entra em cena a família alargada — as avós foram responsáveis por ajudar com algumas das refeições da família em 2% dos casos (n=100). Neste caso, vale ainda evidenciar serem citadas somente as avós no auxílio com as refeições.

A ajuda dos avôs se fará presente em outras tarefas analisadas mais adiante, como o transporte dos netos à escola. Nota-se aqui novamente uma separação bastante rígida da divisão genderizada do trabalho doméstico e de cuidados.

Para o contacto com a escola dos filhos (quadro 7), nenhum dos respondentes (n=100) escolheu a opção que diz ser o companheiro o único responsável pela atividade. Para as mães (n=98), 85% dizem ser quem exclusivamente cuidou do contacto com a escola no período pré-fechamento das escolas. 13% (n=98) afirmam essa ser uma tarefa dividida entre os dois adultos do núcleo familiar. Observa-se aqui o número mais expressivo até agora da disparidade entre a distribuição genderizada de tarefas. Em 85% dos casos, numa amostra de 98 mães, elas são as únicas a dedicarem o seu tempo ao acompanhamento escolar dos filhos junto as escolas.

Quadro 7

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Contacto com a escola antes do confinamento

	Antes do fecho das escolas, quem estava em contacto com a escola para discutir questões sobre a educação dos filhos?		
	Eu	Tarefa dividida entre os pais	Total
Mãe	85	13	98
Pai	1	1	2
Total	86	14	100

Com as aulas remotas, durante o fechamento das escolas, a responsabilidade das mães aumenta, como vemos no quadro 8. Neste novo contexto, 90 mães respondentes (n=98) afirmam serem as únicas responsáveis pelo contacto com a escola dos filhos. Apenas 7% das mulheres (n=98) dividiu esta responsabilidade com os seus parceiros.

Quadro 8

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Contacto com a escola durante do confinamento

	Antes do fecho das escolas, quem estava em contacto com a escola para discutir questões sobre a educação dos filhos?			
	Eu	Apenas o meu companheiro (a)	Tarefa dividida entre os pais	Total
Mãe	90	1	7	98
Pai	1	0	1	2
Total	91	1	8	100

Num momento de confinamento, em que ambos os adultos do casal estão em casa, a supervisão dos deveres escolares dos filhos aparece aqui como responsabilidade exclusiva para 84 das 98 mulheres respondentes ao questionário. No quadro 9 abaixo, vemos também que 13% das mães respondentes (n=98), afirmam dividir esta tarefa com os seus companheiros.

Para todas as mães que afirmam que os pais dos seus filhos não vivem na mesma casa com a família, (n=3), estas são maioritariamente as únicas responsáveis pela gestão das atividades escolares dos filhos neste período de escolas fechadas.

Às mães, recaiu exclusivamente a função de estar em contacto a escola (quadro 8) em 94% dos casos (n=95), 88% (n=95) supervisionam exclusivamente a rotina de deveres de casa (quadro 9) e 93% (n=95) ficaram encarregadas de supervisionar a agenda de aulas remotas dos filhos (quadro 10).

Quadro 9

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Supervisão dos Deveres Escolares

	Durante o período de fecho das escolas, quem encarregou-se de supervisionar a rotina de deveres de casa?			Total
	Eu	Apenas o meu companheiro (a)	Tarefa dividida entre os pais	
Mãe	84	1	13	98
Pai	1	0	1	2
Total	85	1	14	100

Quadro 10

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Supervisão da Agenda das Aulas Remotas

	Durante o período de fecho das escolas, quem encarregou-se de supervisionar a agenda de aulas remotas dos filhos?			Total
	Eu	Apenas o meu companheiro (a)	Tarefa dividida entre os pais	
Mãe	89	2	7	98
Pai	1	0	1	2
Total	90	2	8	100

Ainda sobre os quadros 9 e 10 acima, são expressivos os números das mães que afirmam não terem a ajuda dos seus companheiros para a supervisão de deveres de casa dos filhos, contacto com a escola e supervisão de agenda de aulas remotas dos filhos. Sabemos que a responsabilidade com a atividade escolar não é uma atividade passiva. Esta vai além do contacto com a escola e da supervisão dos deveres, mas passa também pelo planeamento de questões como lanche, material, transporte e, no caso do período de escolas e aulas remotas, a procura por informações nos grupos especializados.

Além do aumento da carga de trabalho com tarefas escolares dos filhos e das tarefas domésticas devido ao confinamento, 26 das 62 mães que tem um emprego a tempo inteiro afirmam também ter havido um aumento na carga horária de trabalho remunerado durante o período de teletrabalho.

Sobre o transporte escolar dos filhos (quadro 11, abaixo), a soma da percentagem de mães (n=98) que se encarrega sozinha desta atividade (48%), somada a percentagem de mães que também dividem esta tarefa com os companheiros (36%) é de 84%. Percebe-se também que a percentagem de respondentes que escolheu “outro” (10%) aqui é maior se compararmos com as perguntas anteriores. Os comentários revelam que a participação de ambos os avós (avô e avó)

no transporte dos netos (6%), tanto quanto os transportes públicos e privados (4%) são bastante presentes nesta tarefa. Apesar do número pouco expressivo de respostas de homens, podemos perceber pelas respostas das mães que apenas 4% delas (n=98) afirma que esta tarefa é responsabilidade apenas dos seus companheiros. Esta é a maior percentagem até agora na responsabilização exclusiva dos homens numa tarefa dedicada ao cuidado dos filhos.

Do total das 93 mães em relacionamentos heterossexuais, 34% afirma dividir a tarefa do transporte dos filhos com o companheiro. No caso dos casais do mesmo sexo, dos 5 respondentes em relacionamentos homoafetivos, 3 (60%) afirmam ter esta tarefa dividida entre os dois adultos do casal. Novamente, fica inconclusivo diferenciar padrões de comportamento nas rotinas de casais homoparentais com o baixo número de respostas. Especialmente dada a complexidade das dinâmicas entre casais em que os filhos podem ser frutos de relacionamentos anteriores, em que mais de dois adultos tem responsabilidades parentais conjuntas.

Quadro 11

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Transporte Escolar

	Antes do fecho das escolas, quem levava as crianças à escola?				Total
	Eu	Tarefa dividida entre os pais	Apenas o meu companheiro (a)	Outro	
Mãe	48	36	4	10	98
Pai	1	1	0	0	2
Total	49	37	4	10	100

Nesta questão, é interessante notar pela primeira vez nos comentários a presença do avô. Diferentemente da questão sobre o preparo das refeições da família, em que se conta com a ajuda exclusiva das avós, percebe-se aqui novamente um entendimento genderizado das tarefas. O transporte, entendido como uma atividade masculina, tem uma maior participação de pais e avôs. Por fim, 36% das mulheres afirma ser esta uma responsabilidade dividida com o parceiro. De

todas as tarefas analisadas até aqui, esta e a tarefa com a divisão com menos desequilíbrio entre os dois adultos de um mesmo casal. Dito isso, 48% das mulheres respondentes (n=98) ainda assumem este trabalho exclusivamente, como podemos averiguar nos números acima

3.2. Mudanças nas dinâmicas familiares durante o confinamento

No quadro abaixo (quadro 12), vemos ser significativo o número de mães respondentes que passou a fazer teletrabalho durante o confinamento, são elas 51% das 98 respondentes. Ainda, 12% das mães (n=98) entrou em regime de layoff (10%) ou teve o contrato de trabalho terminado (2%). Os dados aqui parecem reforçar a tendência que se evidencia em estudos atuais sobre o impacto mais severo da pandemia para as mulheres, já que estas ocupam a maior parte dos postos de trabalho de atendimento direto ao público como exposto no capítulo anterior deste estudo. Das mães que mantiveram os seus postos de trabalho (n=86), 40% não passou ao teletrabalho. Apesar do número pouco expressivo de respostas de homens aos questionários, nenhum dos respondentes (n=2) perdeu o trabalho ou entrou em regime de layoff, ambos os respondentes homens passaram a fazer teletrabalho.

Quadro 12

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Teletrabalho

	Durante o período de Estado de Emergência, passou a fazer teletrabalho?				Total
	Sim	Não	Entrou em regime de Layoff	Teve o contrato de trabalho terminado	
Mãe	51	35	10	2	98
Pai	2	0	0	0	2
Total	53	35	10	2	100

No quadro 13, encontramos as alterações na carga horária durante o primeiro período de Estado de Emergência. Para 58% do total de mães (n=98), houve uma mudança na carga horária, para mais ou para menos.

Para as 27 mulheres que afirmam ter uma diminuição na sua carga horária de trabalho remunerado, devemos considerar que 37% (10 mulheres) afirma ter entrado em regime de layoff. Há ainda 7% das mulheres (n=98) que perderam os seus empregos durante o mesmo período.

Já para o aumento na carga horária durante o período de Estado de Emergência, 31% do total das 98 mulheres teve a carga horária de trabalho estendida.

Quadro 13

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Mudanças na Carga Horária

	Durante o período de Estado de Emergência, houve mudança na sua carga horária de trabalho?			Total
	Não mudou	Aumentou	Diminuiu	
Mãe	40	31	27	98
Pai	1	1	0	2
Total	41	1320	27	100

As três tabelas a seguir (14, 15, 16), mostram que houve algumas mudanças nas dinâmicas familiares em consequência do confinamento forçado. Nota-se que 13% das mães respondentes (n=98) afirma que os companheiros passaram a ajudar em algumas das tarefas de casa que antes eram responsabilidade única das mães.

Nota-se também que 6% das mães respondentes (n=98) afirma que passou a fazer tarefas que antes eram de responsabilidade dos seus parceiros.

Houve uma pequena redistribuição de tarefas entre os adultos de um núcleo familiar em consequência ao confinamento forçado, porém a maior diferença vem da ajuda dos filhos com as tarefas dos pais. 19% dos 100 respondentes, afirma que as crianças da casa passaram a ajudar em algumas das tarefas.

Quadro 14

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Mudanças na distribuição de tarefas (1)

	Durante o período de Estado de Emergência, o seu parceiro passou a se encarregar de tarefas que antes eram da sua responsabilidade?		
	Sim	Não	Total
Mãe	13	85	98
Pai	0	2	2
Total	13	87	100

Quadro 15

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Mudanças na distribuição de tarefas (2)

	Durante o período de Estado de Emergência, você passou a se encarregar de tarefas que antes eram da responsabilidade do seu parceiro?		
	Sim	Não	Total
Mãe	6	92	98
Pai	0	2	2
Total	6	94	100

Quadro 16

Tabulação Cruzada: Relação do respondente com as crianças, Mudanças na distribuição de tarefas (3)

Durante o período de Estado de Emergência, as crianças passaram a se encarregar de tarefas que antes eram da responsabilidade dos pais?			
	Sim	Não	Total
	19	81	100
Total	19	81	100

Como vimos no quarto capítulo deste estudo, dedicado a pesquisa bibliográfica, a relação das mulheres com o trabalho remunerado sofre mudanças desde o final do século XVIII. Com a inserção das mulheres ao mercado de trabalho, que veio em resposta às reestruturações sociais após a Revolução Industrial, estas passam a acumular trabalho das esferas privadas e pública.

Os dados recolhidos e descritos aqui indicam que não parece ter havido um rearranjo significativo na distribuição do trabalho doméstico entre os casais que liberasse as mulheres de parte das suas tarefas domésticas para acomodar as suas novas atividades remuneradas. É bastante evidente e ainda bastante rígida a divisão genderizada do trabalho nas famílias. Às mães, atualmente recai quase que exclusivamente a responsabilidade sobre as tarefas de manutenção da sobrevivência, de reprodução, de cuidado, mesmo que agora também tenham responsabilidades com os seus trabalhos pagos.

3.3. Análise das entrevistas

Das 100 pessoas que responderam ao questionário, 8 concordaram em também participar posteriormente das entrevistas. Do total de respondentes dos questionários (100), 98 são mulheres e 2 são homens. Já para as 8 entrevistas feitas, 8 mães concordaram em respondê-las,

nenhum pai concordou em participar. As entrevistas duraram, em média, 40 minutos, e foram realizadas durante os meses de junho e julho de 2020, através de videoconferência. Foram transcritas e posteriormente analisadas com o auxílio da plataforma NVivo. Para a análise do conteúdo das entrevistas, foram consideradas três dimensões, cujo objetivo é responder às questões centrais deste estudo. São elas:

1. História e perspectiva individual
2. Divisão de trabalho doméstico e de cuidados
3. Mudanças no período de confinamento

A dimensão *história e perspectiva individual* foi separada em 3 categorias de perguntas: *família, condições de vida e rotinas familiares na infância e juventude*. Com perguntas sobre o passado e as rotinas familiares das respondentes antes da idade adulta, buscou-se aqui um entendimento mais profundo do impacto que a formação e as experiências passadas do indivíduo terão na sua visão de mundo e, conseqüentemente, na sua rotina familiar atual.

É interessante notar, nas respostas desta dimensão, como se repetem, gerações após gerações, padrões de divisão genderizada das tarefas domésticas e de cuidado. Muitos dos relatos descrevem tarefas de cuidado da casa e dos filhos sendo passadas de avós para mães e de mães para filhas como uma herança natural e inquestionável. Nota-se uma obrigação quase inconsciente de replicar a estrutura de divisão sexual do trabalho que lhes foi ensinada também por suas famílias. Segundo o depoimento da respondente 3, quando lhe foi perguntado quem era responsável pelo preparo das refeições durante a sua infância:

(...)A minha avó preparava, até que chegava a minha mãe e a minha mãe preparava o jantar e o resto das refeições do dia. Depois, mais em adulta, uh já era mais a minha mãe do que a minha avó, porque a minha avó foi ficando mais velha.(...)

Logo em seguida, complementa, quando perguntado se ela, quando criança, tinha também responsabilidades com tarefas da casa:

(...)Depois, a partir da adolescência comecei a ajudar a cozinhar também, a lavar a louça, essas coisas.(...)

Quando lhe foi perguntado se havia alguma diferença entre as responsabilidades que ela e o irmão tinham nas tarefas de casa, a respondente 3 afirma:

(...)Tinha, se calhar nas tarefas da horta eram parecidas, nas tarefas de casa era diferente... Os rapazes não tinham tarefas de casa, de ajudar a arrumar ou de ajudar a preparar refeições. Isso era tarefas de raparigas.(...)

Depoimentos como o da respondente 3 são recorrentes em 8 das 8 entrevistas. Os depoimentos, na sua maioria bastante semelhantes, também relatam a ajuda da família estendida no cuidado com as crianças e evidenciam novamente a universalidade da divisão genderizada das tarefas, mesmo em histórias de vida e circunstâncias bastante diferentes entre cada um dos respondentes. Quando perguntado se havia alguma ajuda externa com as tarefas da casa durante a infância, a respondente 8 descreve:

(...)a minha avó paterna vivia perto e fazia o acompanhamento, muitas vezes, pós-escolar, não é? Saía da escola e ia para casa da minha avó. Às vezes saía para almoçar em casa da minha avó.(...)

Para a respondente 5:

(...)Mas a minha avó adoeceu e então comecei a almoçar na escola e jantava em casa, com os meus pais.(...)

A respondente 2 relata:

(...)Quem dava o pequeno-almoço normalmente era a minha mãe, quando nós éramos mais pequeninos. Ela adiantava sempre tudo. Ela acordava, nós vestíamos e ela estava a preparar o pequeno-almoço.(...)

As mães e avós são figuras omnipresentes nesta parte das entrevistas, especialmente quando são descritas as rotinas em casa. Dos relatos das entrevistas, feitas em 2020, é impossível deixar de notar o reflexo do que Rousseau (2004) descreveu para a educação das mulheres após a Revolução Francesa. Vale a pena repetir aqui as palavras do filósofo, apresentadas no quarto capítulo deste estudo:

“A mãe se encarregará de adestrar as filhas para as coisas obrigatórias, para que nunca lhe custem, a domar as suas fantasias e, por fim, submeterem-se às vontades dos outros (p. 534).

Como comentado no quarto capítulo deste estudo, a educação das mulheres desejada pelo filósofo, era feita maioritariamente de mães para filhas, e tinha o objetivo de prepará-las para o cuidado e formação dos homens da nação. O cenário atual, da realidade das respondentes deste estudo, Portugal em 2020, é bastante diferente do cenário francês na época da Revolução. Dito isso, impressiona que se mantenham tão presentes os reflexos do que se definiu como desejável para a casta das mulheres, pelos homens da Revolução. Não somente mantêm-se, mais ainda são replicadas as estruturas de divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado como destino biológico das mulheres.

O foco da primeira dimensão da entrevista foi a rotina familiar dos entrevistados no período da infância. Dito isso, a divisão do trabalho entre familiares acabou por ser bastante presente nas

respostas. Na segunda dimensão, esta sim, chamada *divisão de trabalho*, entramos com mais detalhes na própria percepção das respondentes sobre género e sobre a divisão de tarefas das suas rotinas com os seus atuais companheiros. A dimensão está separada nas categorias: *conceções sobre género, rotina familiar e participação parental na educação dos filhos*.

Na primeira categoria, conceções sobre género, buscou-se perceber com mais detalhe as visões das próprias mães sobre a sua condição de mulheridade. A categoria ajuda a investigar as dinâmicas entre adultos de um núcleo familiar, e investiga como a divisão genderizada de tarefas acaba por se desdobrar nas rotinas atuais das respondentes. Quando questionada sobre o que a sociedade espera de uma mãe, a respondente 8 relata:

(...)Mãe, mãe, mãe mulher... tem um... tem esta carga... então, é esperado que a gente alimente as crianças, que cozinhe... que... cuide da higiene, da casa também, da parte geral, mas também das crianças, não é? É esperado que acompanhe a vida escolar, é esperado que esteja sempre... uh... seja uma pessoa muito... como é que diz? Que acompanhe emocionalmente, que seja também, uh... calma... [risos] Que é que é mais... não, é isso. É tudo, é a palavra tudo, acho que resume perfeitamente [risos].(...)

Aqui, novamente os depoimentos são bastante similares e refletem o ideário patriarcal da mãe ideal. Quando lhes foi perguntado se existe alguma diferença entre o que se espera de um pai ou de uma mãe, a respondente 8 descreve:

(...)Eu acho que, é assim, no geral, geralmente associamos mais às mães o cuidar dos filhos... e da casa... quer dizer, pelo menos é sempre a ideia, as pessoas pensam sempre que é a mãe nos cuidados primários e de ir às consultas ou de... uh... e do pai... uh, do pai, o pai chega e brinca.(...)

Para a respondente 5:

(...)De um pai, pois do pai enfim... Que pague as contas e se calhar vá, fica bem passear com a família de vez em quando, ou ser visto a brincar ou, mas acho que neles, não é posta tanta pressão como em cima de nós. Se a criança estiver malvestida ou, qualquer coisa assim pensam sempre "aquela mãe" nunca pensam "aquele pai"(...)

A respondente 5, depois de um silêncio breve, complementa:

(...)E, e o meu menino tinha aí a partir das duas, três semanas de vida tinha aquilo que nós designamos de "hora da bruxa" que era ali uma horinha, ao final do dia em que ele chorava desalmadamente, como se o mundo estivesse a acabar e não havia nada que o acalmasse. Eu lembro-me que ao segundo ou ao terceiro dia, o meu marido a olhar para mim, mas faz alguma coisa, tens de saber qual é o problema. Portanto, por norma o mundo espera que as mães saibam quais são os problemas e que os resolvam(...)

É impossível ignorar o peso que as normas rígidas de género e a normalidade da feminização do dever de cuidar do outro impõe às mulheres que participam deste estudo. Não somente a carga emocional exigida das mães no dever doméstico e de cuidado, é também notável nos depoimentos que o tempo das mulheres, ainda hoje é primariamente dedicado ao cuidado da família. Arrazola (2010) diz:

Dada a organização social dos tempos – tempos da produção (de bens e serviços) e do trabalho reprodutivo, tempos do “não-trabalho” (trabalho doméstico e reprodutivo não

remunerado), tempo de descanso ou tempo livre - a maioria das mulheres são tomadas quase que totalmente pelo tempo da reprodução, pelos tempos do corpo do outro. O tempo aparece como um tempo não para si, mas para os outros(as), quase nunca um tempo para elas mesmas. (p. 2)

Para averiguar em mais profundidade as estruturas que possibilitam que as separações rígidas, geralmente polarizadas do que é esperado de um homem ou de uma mulher, se mantenham ainda tão presentes atualmente, foi perguntado às mães se deveria existir alguma diferença na criação dos filhos, meninos e meninas. Para a respondente 5:

(...)quando educamos uma menina ou um menino é suposto os pais terem papéis diferentes, ensinarem coisas diferentes. Por exemplo, se nós tivermos um menino é esperado que ele passe mais tempo com o pai para aprender a fazer furos nas paredes ou trocar pneu do carro, ou enfim fazer coisas normalmente mais ligadas aos homens. Enquanto que, se for menina, espera-se que ande mais com a mãe e aprenda a limpar a casa, a cozinhar, economia doméstica, essas coisas.(...)

Descobre-se também, nesta dimensão das entrevistas, que a noção das respondentes sobre a própria carga de trabalho contrasta com o que as mesmas responderam anteriormente nos questionários. Os dados do questionário são claros ao evidenciar uma sobrecarga significativa de trabalho para as mulheres, mas quando perguntadas diretamente sobre como as tarefas são divididas em casa, foi recorrente ouvir das respondentes uma percepção de que existe uma divisão justa de tarefas com os companheiros. Há aqui, notavelmente, uma dificuldade em reconhecer o desequilíbrio da carga de responsabilidades entre pais e mães. A respondente 1, quando lhe foi perguntada sobre a rotina da família antes do período de confinamento, descreve:

(...)Eu também faço as compras todas da casa. Portanto, para além de ir levar à escola e depois ir trabalhar, tenho também a parte de ir às compras, ir buscar à escola, entreter também um pouco depois do... de elas chegarem, brincar um pouco com elas, ver como é que está o trabalho de casa da mais velha. Pronto, e depois cozinhar, dar-lhes banho, essa tarefa também é minha. E... e pronto, depois entretê-las um bocadinho depois do jantar. Uh, mas ele [o companheiro] também cozinha, também... também dá banho aos miúdos, cuida deles, faz tudo isso, depende de qual é que está mais disponível, em termos de trabalho, não é? Mas... em termos de tarefas domésticas, por norma, eu faço uma parte, cuido da roupa e pronto, limpo a casa de banho, e aspiro e, por exemplo, se for fazer obras em casa eu posso ajudá-lo, mas ele normalmente faz, ou cuidar dos carros, as mudanças no carro, mas sim, as tarefas domésticas sou mais eu que faço, mas ele também faz.(...)

Mais ainda, desvela-se aqui também uma crença de que caso haja desigualdade entre homens e mulheres nas responsabilidades com a família, que estas são o resultado de circunstâncias individuais e não de configurações sistemáticas. Para a respondente 2:

(...)Em relação às tarefas, normalmente associa-se sempre mais as tarefas domésticas à mulher, já muito antes de mim, não é, que fazem as coisas da casa e que tratam dos filhos, mas geralmente está sempre associado mais à mulher, e ao homem, por exemplo, cuidar das coisas do carro e ser o homem que faz o tipo de tarefas se calhar mais pesadas, mas..., mas isso é já um pouco subjetivo, já estaria a entrar no tipo de educação que cada pessoa tem e os valores que têm.(...)

Não parece haver clareza na percepção das desigualdades nas relações das respondentes com os seus parceiros. Percebe-se a diferença, mas não a ponto de questionar-se a estrutura. De acordo com Hirata (2007), falar sobre divisão sexual do trabalho - e aqui incluímos o trabalho de cuidado com a família - permite construir uma consciência de que estas desigualdades não são o resultado de realidades individuais, mas sim de estruturas sistemáticas. Para a autora, somente com a tomada de consciência da divisão sexual do trabalho será possível articular essa realidade como uma reflexão sobre os processos utilizados para hierarquizar as atividades e, conseqüentemente, os sexos. Em suma, para criar um sistema de normas rígidas e polarizadas de género que ainda habitam as relações das famílias, como podemos ver neste trecho do relato da respondente 5:

(...)Hum, é assim, a minha maneira de ver as coisas é, é um bocadinho diferente. Acho que de facto há uma responsabilidade partilhada. E é importante que o pai e a mãe enfim, um seja mais rigoroso e o outro seja mais, mais açúcar, mais colinho, eles saibam o que esperar de casa uma das partes, para criar um equilíbrio, para que a criança possa desenvolver as duas partes do cérebro. Tanto o carinho como a socialização e enfim.(...)

Em janeiro de 2021, em Portugal, o Supremo Tribunal decidiu a favor da compensação do valor de 60 mil Euros a uma mulher pelo trabalho doméstico e de cuidados feitos exclusivamente por ela, ao longo dos 30 anos de união de facto com o seu companheiro. O acórdão da decisão final do tribunal descreve:

A prestação do trabalho doméstico, assim como a prestação de cuidados, acompanhamento e educação dos filhos, exclusivamente ou essencialmente por um dos membros da união de facto, sem contrapartida, resulta num verdadeiro empobrecimento deste, e a corresponsável libertação do outro membro da união da realização

dessas tarefas, um enriquecimento, uma vez que lhe permite beneficiar do resultado da realização dessas atividades, sem custos ou contributos. (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 14 de janeiro de 2021, 1142/11.2TBBCL.1.G1.S1)

Apesar da decisão favorável em última instância, a primeira decisão do tribunal negou o pedido da requerente. O argumento apresentado no acórdão da primeira decisão ilustra de maneira clara como a ideia de trabalho reprodutivo sendo um dever natural da mulher é um conceito de caráter também institucional:

“Não sendo o trabalho despendido no lar judicialmente exigível no âmbito da união de facto, a sua prestação como contribuição para a economia comum configura-se como cumprimento espontâneo de obrigação natural” (Jornal Público, 2021)

A requerente, porém, recorreu da decisão e o segundo desfecho foi-lhe favorável. Este é um caso pioneiro, bastante significativo na discussão que provocou. O acórdão da segunda decisão, desta vez favorável, traz argumentos bastante contrastantes com os argumentos apresentados pelo mesmo Tribunal anteriormente:

“Não é possível considerar que a prestação do trabalho doméstico e os cuidados, acompanhamento e educação dos filhos correspondem, respetivamente, a uma obrigação natural e ao cumprimento de um dever. Pelo contrário, tal dever reclama uma divisão de tarefas o mais igualitária possível, sem prejuízo da possibilidade de os membros dessa relação livremente acordarem que um deles não contribua com a prestação de trabalho doméstico, na lógica de uma especialização dos contributos de cada um” (Jornal Público, 2021)

Por último, a dimensão *mudanças no período de confinamento* explora o impacto dos períodos de Estado de Emergência em Portugal nas rotinas das famílias das respondentes. Esta divide-se em duas categorias: *mudanças nas rotinas familiares e impacto psico-social*.

Interessante aqui notar, nos relatos, questões relacionadas com o tempo social (Arrazola, 2010) das respondentes. Arrazola (2010) fala de *tempos sociais sexuados*, de como homens e mulheres experimentam o tempo livre de maneiras diferentes. Dada a feminização do dever do trabalho de carácter reprodutivo (trabalho doméstico e não remunerado), supõe-se das mulheres uma disponibilidade permanente de todo o seu tempo às questões da casa e da família. O “tempo livre” ou de descanso é voltado em grande parte para as atribuições domésticas e o tempo da vida das mulheres é, de alguma maneira, entendido como um recurso natural a ser explorado. Num momento de impossibilidade de sair de casa, as mulheres tiveram que encontrar alternativas para conseguir algum tempo do dia para si mesmas. O depoimento da respondente 8 ilustra:

(...)Eu normalmente acordo primeiro porque tenho... uma necessidade muito, muito importante de estar uns minutos sozinha, [risos](...)

Quando a pergunta tocou em questões relacionadas às mudanças na rotina familiar durante o período de confinamento, a respondente 8 complementa:

(...)Houve, houve. Misturou-se tudo, não é? Está tudo um bocado confuso. O que é que se, o que é que eu, perdi, perdi os meus momentos meus, não é, porque eu tinha os meus [risos] momentos, pelo menos o caminho para o trabalho, que ia sozinha no autocarro, que era ótimo.(...)

É evidente como a nova realidade de confinamento torna ainda mais permeáveis as nuances entre o público e o privado na rotina das mães. Neste novo contexto, há uma separação ainda menos definida do que seria tempo de trabalho remunerado e tempo de trabalho reprodutivo (de cuidados da casa e da família), ou ainda tempo livre e de descanso. A respondente 3 descreve o desafio encontrado na conciliação entre teletrabalho e auxílio à agenda escolar dos filhos com as aulas remotas durante o período de confinamento:

(...)A única coisa que eu tenho em casa, tenho de restringir os meus filhos de estarem na mesma divisão ou pedir para estarem silenciosos quando eu estou a reunir ou quando eu estou a dar aulas, portanto eles acabam por ficar um pouco sozinhos, mesmo eu estando dentro de casa. E além disso tenho de interromper as minhas atividades para os ir ajudar a ligar-se ou a, ou a ver problemas que se tinham desligado, ou... Hum foi confuso e, e foi uma sobrecarga muito grande porque eu tentava trabalhar de manhã, antes de eles acordarem ou à noite, depois de eles dormirem, para compensar o que não consegui durante o dia.(...)

Para a respondente 4:

(...)Portanto... era o... eu acordava sempre primeiro, uh, o meu marido estava a trabalhar, ele entra muito cedo, portanto a maioria das vezes ele é o primeiro logo que saía de casa às oito da manhã. Depois era eu, que... que acordava, arranjava-me... uh, começava eu em teletrabalho, depois acordava o P. conforme o horário da telescola e das aulas síncronas. Todas as manhãs ele tinha aulas síncronas e telescola. Eu ao mesmo tempo também tinha aulas síncronas, foi muito complicado a nível de... gestão de recursos digitais e a própria internet, também não ajudou.(...)

Com a diluição dos limites entre momentos de trabalho e descanso, as rotinas se intensificam já que não há oportunidade para momentos de escape. A adaptação às novas tecnologias que possibilitaram as novas demandas, como aulas e trabalho remoto, foram mais um desafio para mães e pais dentro das suas casas. A respondente 1 descreve a nova rotina de apoio às aulas dos filhos durante o período de confinamento:

(...)O meu contacto com a escola... é assim, nós tivemos que ajudar muito mais do que aquilo que estávamos habituados a ajudar durante o... mas durante o período antes da pandemia, não é, porque exigiu mais de nós pais, mais por causa dos meios tecnológicos, porque os miúdos ainda não sabem mexer em tudo, não é, e precisavam sempre dos pais... uh, presentes. E também sempre aquele cuidado de ver se eles estavam a fazer as tarefas que a professora tinha mandado, esse tipo de... portanto, exigiu mais de nós. Se calhar o contacto com a escola era maior.(...)

Para a respondente 3:

(...)Sim, a professora do mais novo criou um grupo do Facebook uh para toda a escola, e portanto também falávamos por aí, através do Facebook e eu já seguia dois ou três grupos de contacto de, de escolas e de uh, de metodologias alternativas de ensino e também o, o site do "Estuda em Casa" e grupos que comentavam conteúdos do estudo em casa.(...)

Neste cenário, foram inúmeros os relatos de exaustão parental durante períodos de medidas restritivas de confinamento e escolas fechadas. Um estudo conjunto entre a Universidade de Coimbra e a Universidade do Porto (2020), investigou o burnout parental em Portugal durante o

primeiro Estado declarado de Emergência. A pesquisa descreve o burnout parental como uma condição caracterizada por um estado de exaustão, que está relacionado com o papel parental. O burnout parental resulta na perda de prazer em estar com os filhos e conseqüentemente, num distanciamento emocional destes. Esta condição surge quando há um desequilíbrio entre as exigências que se colocam ao exercício do papel parental e os recursos existentes para lidar com elas. Para as mães, a crise da pandemia de Covid-19, as medidas de confinamento, o encerramento das creches e escolas, o teletrabalho e isolamento social, vieram acrescentar ao desequilíbrio já existente no papel parental entre homens e mulheres, aumentando a carga de trabalho para este último grupo de indivíduos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este último capítulo está organizado em três partes: na primeira, são apresentadas as conclusões do estudo, tendo como referência as questões orientadoras e o enquadramento teórico realizado. Na segunda parte do capítulo, são referidas as limitações do estudo e, por fim, são traçadas sugestões para futuras investigações.

Conclusões do Estudo

O estudo teve como objetivo investigar as relações entre género, trabalho e a Educação, analisando como estas relações impactam a divisão de tarefas domésticas e de cuidados na vida quotidiana das mulheres em Portugal. Considerados os objetivos deste estudo, foi desenvolvida uma investigação que contou, além da pesquisa bibliográfica, com uma parte empírica onde foram recolhidos dados através de questionários e entrevistas feitas com mães e pais de crianças em idade escolar, residentes em Portugal. As perguntas, tanto do questionário, quanto das entrevistas tinham como objetivo explorar as rotinas familiares dos participantes na busca de respostas às questões propostas inicialmente pelo estudo. Os dados recolhidos foram analisados e apresentados.

A principal conclusão da investigação aponta que, mesmo com as transformações sociais dos últimos séculos, mesmo com as mudanças no entendimento de família e de infância ao longo das últimas décadas, a distribuição das tarefas reprodutivas e de cuidado ainda hoje desfavorece e sobrecarrega as mulheres com maiores jornadas de trabalho físico e emocional. Ao explorar as determinações conjunturais que explicam a permanência da sobrecarga de trabalho sobre este grupo de indivíduos, revela-se também a permanência da invisibilização social não apenas do trabalho reprodutivo, mas do grupo que o performa: as mulheres.

Ainda, são muitos os fatores que contribuem para que as mulheres estejam em lugar de maior vulnerabilidade em momentos de crise, como no caso da pandemia de Covid-19. De acordo com dados do site do EUROSTAT, do Instituto Europeu de Estatísticas (2021), na União Europeia,

30% das mulheres trabalham a tempo parcial e ocupam grande parte dos empregos na economia informal, que tem como característica a precariedade de direitos laborais, de proteção social e de saúde, assim como de outros benefícios fundamentais.

Os dados da EUROSTAT indicam que mulheres estão igualmente muito mais propensas a faltas ou pedidos de licenças para cuidar de crianças e de familiares, sendo que durante os períodos de confinamento muitas se viram obrigadas a combinar teletrabalho e cuidados infantis. Um artigo do jornal Expresso (2020), descreve que no mês de abril de 2020, durante a primeira vaga de Covid em Portugal, a economia portuguesa tinha menos 50 mil empregos do que em fevereiro. Destes empregos terminados, 44,6 mil pertenciam a mulheres. O emprego entre mulheres durante o mês de abril de 2020 teve uma queda de 1,9%. Entre homens, recuou 0,2%. Os depoimentos dados tanto nas entrevistas quanto nos questionários acabam por reiterar o peso que as relações de género e a divisão sexual do trabalho apresentam para a vida profissional das mulheres. Os relatos revelam ainda que esta sobrecarga de trabalho físico e emocional se intensificou durante os períodos de confinamento.

Nas respostas recolhidas no presente estudo, é possível perceber que houve mudanças na distribuição de tarefas durante o período de confinamento. Os filhos passaram a ajudar mais em casa, por exemplo. Os pais passaram a dividir também algumas tarefas neste período. Dito isso, as mudanças não impactam significativamente a rotina das mães, que continuaram a ser quase exclusivamente responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidados, conciliando as suas rotinas de trabalho não remunerado com as suas vidas profissionais.

Percebe-se também que, depois do fecho das escolas, as mães continuam a ser as maiores responsáveis pelo acompanhamento escolar dos filhos. Com as escolas fechadas, a carga de trabalho no acompanhamento escolar intensificou-se, desde a gestão da agenda de aulas, o contacto com a escola até a preparação de trabalhos para a casa. Nos depoimentos, é possível notar que as mães tiveram um papel ativo para possibilitar a continuidade da educação dos seus filhos neste período.

É evidente a enorme carga de trabalho não só físico, mas também emocional descrita nos depoimentos das mães que participam deste estudo. Os relatos indicam a dificuldade de conciliar a vida profissional e o cuidado com a família durante os períodos de confinamento. O pouco tempo que as mães tinham para si mesmas no trabalho fora de casa agora não era mais possível. Os limites entre tempo de trabalho não remunerado e de trabalho remunerado também se mesclam, as tarefas se acumulam, dificultando ainda mais qualquer possibilidade de tempo para si próprias.

Normas rígidas de género e comportamento, visíveis nos depoimentos recolhidos para o estudo, continuam a ser um empecilho para o desenvolvimento profissional das mulheres e consequentemente para a real emancipação feminina. Em 1931, Virginia Woolf foi convidada para falar para um grupo de mulheres trabalhadoras na London and National Society for Women's Service. Woolf declarou durante o evento que para que as mulheres pudessem se desenvolver profissionalmente, precisariam matar o *Anjo do Lar*, uma espécie de faceta da socialização feminina que habita a todas nós. Woolf (2019, p.47) descreve o *Anjo do Lar* como “extremamente simpática, imensamente encantadora, totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrifica-se diariamente. Se o almoço é frango, ela fica com o pé; se há ar encanado, é ali que vai se sentar – em suma, o seu feitio é nunca ter opinião ou vontade própria, e prefere sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros”. O *Anjo do Lar* descrito por Woolf em 1931 parece continuar bastante presente no ideário atual de mulheridade. A ideia de altruísmo e de generosidade como facetas femininas ainda regem a rotina das mães que dedicam grande parte do seu tempo ao cuidado do outro.

Outra questão bastante presente nas respostas às entrevistas é a carga psicológica desprendida pelas mães nas decisões da vida doméstica e de cuidado da família, concomitantemente com as preocupações com as questões profissionais. A ideia de *carga mental* para descrever o constante cansaço sentido pelas mulheres que se inseriam no mundo do trabalho foi apresentada em 1980, por Monique Haicault, numa pesquisa com mulheres que trabalhavam na indústria têxtil.

Haicault descreveu como os espaços e tempos de trabalho se sobrepõem para as mulheres. Quando estão nas fábricas, as mulheres pensam sobre as compras da semana, as contas a pagar e as tarefas domésticas que têm para cumprir. A casa as acompanhava na fábrica. A carga psicológica não está, portanto, na justaposição ou somatória de atividades, mas na sua sincronicidade, na sua simultaneidade. Numa realidade de confinamento, onde as decisões do público e do privado acontecem todas num mesmo espaço, esse cansaço mental acaba por se intensificar.

Por último, foi interessante notar que a percepção da proporção desvantajosa das responsabilidades que lhes recaem ainda não é clara para as mulheres. A desigualdade é perceptível, mas não é entendida como uma forma de opressão estrutural. Os relatos nas entrevistas, que permitem respostas mais subjetivas, acabam por contradizer o que as respostas mais objetivas do questionário apresentam. Na análise dos questionários, torna-se muito clara a desproporcionalidade de tarefas quotidianas entre mulheres e homens. Na análise das entrevistas das mesmas respondentes, estas partilham uma percepção de que a divisão parece-lhes proporcional, até mesmo justa. Este fato nos traz mais uma vez para o que Hirata (2007) aponta nos seus estudos sobre a divisão sexual do trabalho: que somente com a tomada de consciência da genderização do próprio sistema económico será possível articular essa realidade, refletir sobre os processos e finalmente desmantelar os sistemas que possibilitam a hierarquização das atividades e, conseqüentemente, dos sexos.

A real emancipação da mulher só será possível com uma distribuição igualitária da carga de trabalho não pago - de sobrevivência, como alimentação e limpeza, e de reprodução, como o cuidado e educação dos filhos. Não somente na esfera privada, mas também na esfera pública, com o acesso a creches, escolas, e instituições que possibilitem às mulheres tomar de volta para si o tempo delas mesmas.

Limitações do Estudo

Uma das limitações iniciais desta investigação foi a pequena amostra conseguida de respostas aos questionários e às entrevistas entre os homens. O estudo foca-se na condição das mulheres e a sua relação com a divisão sexual do trabalho, dito isso, o estudo ganharia mais uma camada de profundidade ao contrastar perspectivas diferentes sobre a mesma situação.

Outra restrição que se apresentou ao decorrer da pesquisa foi a pequena amostra de respostas de indivíduos em casais do mesmo sexo. A intenção era a de perceber mais a fundo como as dinâmicas de divisão genderizada de tarefas acabam por variar entre casais em que estão minimizadas as relações de poder que se desdobram das relações de género. Num casal entre dois homens ou duas mulheres, em que não será possível genderizar tarefas, como estas se distribuem? As informações recolhidas com os questionários de mães em casais do mesmo sexo não se revelaram aqui conclusivas dada a pequena amostra conseguida.

Sabemos que, apesar da transversalidade das questões de género em todas as dimensões da vida social, fatores como raça e classe, não aprofundados neste estudo, irão impactar os desdobramentos práticos na vida de cada um de maneira determinante. Mulheres com menor renda, em trabalhos mais precarizados, não tiveram a oportunidade de passar a fazer teletrabalho durante o confinamento, por exemplo. Mulheres imigrantes, em trabalhos com vínculos empregatícios mais frágeis, foram amplamente afetadas pelo desemprego durante a crise económica gerada pela pandemia.

Sugestões para futuras investigações

Como recomendação para investigações futuras nesta mesma temática, vale salientar a importância de alargar a amostra de participantes a famílias de diversas configurações, como, por exemplo, famílias monoparentais e famílias com casais do mesmo sexo. O objetivo seria contrastar padrões de comportamento também nestas famílias, para assim revelar os desdobramentos das relações de género em diferentes cenários. Não será possível mudar a

divisão sexual do trabalho profissional sem antes tomar consciência e mudar a divisão sexual do trabalho doméstico, mudando assim a divisão sexual do poder e do saber na sociedade.

Além de gênero, a raça e as classes sociais são eixos estruturantes das sociedades e merecem ser aprofundadas em estudos sobre a divisão sexual do trabalho. As discriminações de raça são determinantes para o acesso e permanência ao emprego, e conseqüentemente afetam as condições de trabalho, incluindo os níveis de compensação, os direitos e a proteção social a ele associados. Não por acaso, as mulheres racializadas são maioria em trabalhos informais e em empregos precários, têm os menores rendimentos e menos acesso à proteção social.

Num momento em que processos imigratórios são uma realidade bastante presente, especialmente na Europa, torna-se também imprescindível desenvolver estudos que centralizem a experiência de mulheres imigrantes na divisão sexual do trabalho. Para Ehrenreich e Hochschild (2004), o aumento da migração de mulheres dos países pobres rumo aos países ricos é resultado da crescente demanda nos países ricos por mão de obra feminina migrante. Conforme explica a autora, diante da não participação masculina nas tarefas de cuidado, muitas mulheres conseguiram adentrar em carreiras difíceis, tidas como essencialmente masculinas, terceirizando o cuidado dos seus filhos, pais idosos e das suas casas às mulheres do Terceiro Mundo.

Uma última recomendação apresentada, mas nada menos importante, é o desenvolvimento de estudos focados nas questões de estereótipos de gênero. É necessário entender as estruturas que possibilitam a permanência da desigualdade entre gêneros, para nessa perspectiva, questionar as separações rígidas e polarizadas, como, por exemplo, entre cuidado e instrução, entre ensino e socialização, que se desdobram das concepções polarizadas entre razão e afeto, para não dizer entre as ideias polarizadas de masculino e feminino.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. (2005). O que as famílias fazem à escola... pistas para um debate, *Análise Social*, 40(176), 579-593.

ALMEIDA, J. (2006). Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In Saviani, D. et al. *O Legado educacional do século XX no Brasil*. São Paulo: Autores Associados

AMÂNCIO, L. (1994). *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Lisboa: Afrontamento.

AMÂNCIO, L. (1998). Sexismo e racismo - dois exemplos de exclusão do outro. In H. G. Araújo, P. M. Santos & P. C. Seixas (Coord.). *Nós e os Outros: a exclusão em Portugal e na Europa*. Porto: SPAE.

AMADO, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ARIÉS, P. (1973). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.

BERRIOT-SALVADORE, E. (1991). O discurso da medicina e da ciência. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento.

BOGDAN, R. & BIKEN, S. (1994). *Investigação em ciências da educação*. Porto: Porto Editora.

BROOKS, S., WEBSTER, R., SMITH, L., WOODLAND, L., WESSELY, S., GREENBERG, N., & RUBIN, J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395(10227), 912-920.

CASTRO, B. & CHAGURI, M. (2020). *Um tempo só para si: gênero, pandemia e uma política científica feminista*. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-cientifica-feminista/>

CERQUEIRA, C. (2020). *Desigualdades de gênero em tempos de pandemia*. Communitas Think Tank Ideias. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/66846/1/Desigualdades-de-g%C3%A9neros-em-tempos-de-pandemia.pdf>

CHAMON, M. (2005). *Trajetória de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica.

CRESWELL, J. (2014). *Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. Los Angeles: Sage.

CRESWELL, J. & CLARK, P. (2007). *Designing and conducting mixed methods research*. Los Angeles: Sage.

CUCHE, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc.

DENZIN, N. (1970). *The research act*. Londres: Butterworths.

DENZIN, N. (1970). *The research act: A theoretical introduction to sociological methods*. Chicago: Aldine.

DENZIN, N. & LINCOLN, Y. (2005). *The Sage handbook of qualitative research*. Los Angeles: Sage.

DELOITTE. *Understanding the pandemic's impact on working women*. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/global/en/pages/about-deloitte/articles/understanding-the-pandemics-impact-on-working-women.html>

DURKHEIM, E. (1978). *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural.

EIGE. (2020) *Covid 19 and Gender Equality*. Disponível em: <https://eige.europa.eu/topics/health/covid-19-and-gender-equality>

EHRENREICH, B. & HOCHSCHILD, A. (2004). *Global Women: nannies, maids and sex workers in the new economy*. Nova Iorque: Holt Paperback.

GOUGES, O. (2011). *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*. Funchal: Nova Delphi.

HIRATA, H. (2002) *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo.

KERGOAT, D. & HIRATA, H. (1988). Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. *Plaisir et souffrance dans le travail*. 1(2), 131-176.

KERGOAT, D. & HIRATA, H. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. 37(132), 595-609.

KERGOAT, D. (1982) *Les ouvrières*. Paris: Le Sycomore.

KERGOAT, D. (1998). *La Division du travail entre les sexes. Le monde du travail*. Paris: La Découverte.

KERGOAT, D. (2000) *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In Marli E. et al (Eds.), *Desafios para as políticas públicas: trabalho e cidadania para as mulheres* (pp. 55-64). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.

KRENTZ, M., KOS, E., GREEN, A. & GARCIA-ALONSO, J. (2020). *Easing the COVID-19 Burden on Working Parents*. Disponível em:
<https://www.bcg.com/publications/2020/helping-working-parents-ease-the-burden-of-covid-19.aspx>

LACHLOS, C. (2019). *Da educação das mulheres*. Lisboa: Antígona.

LANGEVIN, A. (1992). Rapports aux temps sociaux et division sexuée. *Les rapports sociaux de sexe une journée de discussion*, (3), 39-46.

LOURO, G. (2007). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. (9ª ed.). Petrópolis: Vozes.

LUSA (2021, 24 de fevereiro) Supremo condena homem a pagar quase 61 mil euros a ex-companheira por trabalho doméstico. Disponível em:
<https://www.publico.pt/2021/02/24/sociedade/noticia/supremo-condena-homem-pagar-quase-61-mil-euros-excompanheira-trabalho-domestico-1951984>

MAGALHÃES, P., GOUVEIA, R., COSTA-LOPES, R. & SILVA, P. (2020). *O Impacto Social da Pandemia. Estudo ICS/ISCTE Covid-19*. Disponível em:
<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/42911/1/RelatorioInqueritoICSISCTE.pdf>

MILKMAN, R. (1987). *Gender at Work: The Dynamics of Job Segregation by Sex During World War II*. Illinois: University of Illinois Press.

MINAYO, M. & SANCHES, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.

PERROT, M. (1990). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Edições Afrontamento.

RABELO, A. (2007). A mulher e docência: historicizando a feminização do magistério. *Revista do Mestrado de História*, 9(9), 41-53.

RELVAS, A., PORTUGAL, A., MAJOR, S. & SOTERO, L. (2020). *Resultados Preliminares sobre o impacto Psicossocial da COVID-19 em Portugal*. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/RELATORIO_Resultados%20Preliminares%20sobre%20Impacto%20Psicossocial%20da%20COVID-19%20em%20Portugal.pdf

RELVAS, A. P. (1996). *O ciclo vital da família, perspectiva sistémica*. Porto: Afrontamento.

ROCHA-COUTINHO, M. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.

ROSA, R. (2011). Feminização do magistério: representações e espaço docente. *Revista Pandora Brasil*, (4). Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/materialidade/renata.pdf

ROUSSEAU, J. (2004). *Emílio ou da educação*. (3ª. ed.). São Paulo: Martins Fontes.

RIPPON, G. (2019). *The Gendered Brain: The new neuroscience that shatters the myth of the female brain*. Nova Iorque: Vintage Publishing.

ROSNOW, R. & GEORGOUDI, M., (1986). *Contextualism and understanding in behavioral science: implications for research and theory*. Westport: Praeger.

SAGNIER, L. & MORELL, A. (2019). *As mulheres em Portugal hoje*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SCOTT, J. (1995) *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo.

SEN, A. (1999). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA A., CARMO M., CANTANTE F., CRUZ C., ESTEVÃO P., MANSO L. & PEREIRA S. (2020). *Trabalho e desigualdades no grande confinamento - perdas de rendimento e transição para o teletrabalho* (Estudos Colabor, nº2/2020). Disponível em: <https://colabor.pt/wp-content/uploads/2021/04/Trabalho-e-Desigualdades-no-Grande-Confinamento.-Perdas-de-rendimento-e-transicao-para-o-teletrabalho.pdf>

SCHWARZER, A. (2020, 12 de abril). The role of women in the Corona Era. Disponível em: <https://www.deutschland.de/en/topic/life/alice-schwarzer-on-the-role-of-women-in-the-corona-era>

TASHAKKORI, A. & TEDDLIE, C. (2010). Putting the human back in "Human Research Methodology": the researcher in mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, 4(4), 271-277.

UNESCO. (2021). *Monitor Global de Fechamento das Escolas*. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>

WHITE, L. (2005). Writes of passage: Writing an empirical journal article. *Journal of Marriage and Family*, 67(4), 791-798.

WOLLSTONECRAFT, M. (1989). *A vindication of the rights of women*. Nova Iorque: Prometheus Books.

WOOLF, V. (2012). *Profissões para as mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: L&PM Editores.

YIN, R. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

6. Anexos

Anexo 1 — Parecer da Comissão de Ética



**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DE UNIVERSIDADE DE LISBOA
COMISSÃO DE ÉTICA**

PARECER

Carolina Muricca de Oliveira requereu à Comissão de Ética (CE) do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa a apreciação, de natureza ética, referente ao projecto de tese de Mestrado na área de especialização de *Desenvolvimento Social e Cultural*, intitulado *A Crença no Afecto Feminino como Imperativo do Trabalho Docente em Casa e na Escola*.

A análise da documentação apresentada revelou uma descrição geral do problema a investigar e enquadramento teórico desenvolvido em termos da evolução dos contextos sociais das questões de género e repercussões na profissões educacionais, com especificação dos objectivos, respectivos processos metodológicos e participantes envolvidos. A fundamentação ética geral do projecto e os cuidados de ordem ética (ponto 2 do questionário) estão bem explicitados e referenciados às normas e directrizes previstas na *Carta Ética* do Instituto de Educação. Além disso, as respostas ao questionário — especificamente centrado nos princípios e normas de ordem ética e respectivas práticas — sugerem que a requerente iniciou já processos para satisfazer esses requisitos, nas diferentes fases da investigação a realizar.

A Comissão de Ética deu parecer positivo a este requerimento, considerando que, tanto os princípios como as normas processuais de natureza ética, serão respeitados nesta investigação, evidenciando também concordância plena em relação ao estipulado na *Carta Ética para Investigação em Educação*, em vigor no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Lisboa, 17 de Junho, 2020

Membro da Comissão de Ética

Professora Maria de Fátima Chorão Sanches

Anexo 2 — Termo de consentimento informado

Termo de consentimento informado



Estamos a solicitar a sua participação numa investigação de mestrado, feita no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Este estudo tem como objectivo analisar a participação parental na educação dos filhos em um mesmo núcleo familiar. É também objetivo do estudo perceber o impacto do período do Estado de Emergência em Portugal nas dinâmicas familiares, especialmente na gestão da educação dos filhos.

Para isso solicitamos a sua participação numa entrevista sobre a sua vida e também sobre a sua rotina familiar, mais concretamente, gostávamos que nos contasse um pouco das suas percepções sobre família, educação e infância (i.e. como foi a sua infância, como era o seu relacionamento com a sua família, como foi a sua aprendizagem escolar...), da sua rotina familiar depois de adulto (i.e. como são distribuídas as tarefas em sua casa, como acontece o apoio às atividades escolares dos seus filhos...). Finalmente, gostávamos de saber um pouco sobre as mudanças em sua rotina familiar durante o Estado de Emergência (i.e. como foi a sua rotina de trabalho, se houve mudança na distribuição de tarefas em casa, etc).

Esta participação será voluntária, pelo que poderá interromper a entrevista em qualquer momento. Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos é desejável proceder à gravação áudio desta entrevista. A gravação poderá ser interrompida em qualquer momento se assim o desejar.

Tudo o que disser será estritamente confidencial, pois os resultados serão codificados. Os dados coletados serão apenas utilizados neste estudo, não serão pedidos dados que levem à sua identificação durante a entrevista e o áudio gravado será apagado logo após o término da análise dos dados.

Gostaríamos de saber se aceita participar nesta entrevista e se autoriza a gravação da mesma.

Email *

Valid email address

This form is collecting email addresses. [Change settings](#)

Por favor, assinale a opção abaixo caso esteja de acordo: *

Estou ciente e CONCORDO com os termos supracitados

Anexo 3 — Questionário

Participação parental na educação dos filhos

Olá! Este questionário é parte de um estudo que pretende compreender as dinâmicas familiares na gestão educativa dos filhos, antes e durante o fechamento das escolas em resposta à pandemia.

O estudo destina-se somente a pessoas residentes em Portugal, de quaisquer nacionalidades, que sejam mães e pais de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade.

Para termos a certeza de que todos os participantes se enquadram nos parâmetros acima descritos, por favor, responda a este questionário somente se as duas afirmações abaixo forem verdadeiras para si:

- 1 - Eu resido em Portugal
- 2 - Eu tenho filho(s) com idade(s) entre 7 e 14 anos

A sua participação neste estudo é voluntária, os dados coletados serão apenas utilizados neste estudo e não serão pedidos dados que levem à sua identificação.

Bom questionário e obrigada pela colaboração!

Declaro que...

*

a minha participação neste estudo é voluntária, que tomei conhecimento da liberdade de desistir a qualqu...

Qual a sua relação com a(s) criança(s) em seu núcleo familiar? *

- Pai
- Mãe
- Padrasto
- Madrasta

Quantos filhos tem? *

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 5+

Tem um trabalho pago? *

- Sim, a tempo inteiro
- Sim, a tempo parcial
- Não



Em que ano estudam os seus filhos? Assinale mais de uma alternativa, caso tenha mais de um filho e em anos diferentes: *

1º

2º

3º

4º

5º

6º

7º

8º

9º

A escola em que estudam os seus filhos é: *

Pública

Privada

Você mora com seus filhos? *

Sim

Não

Os dois pais da(s) criança(s) moram na mesma casa? *

Sim

Não

Qual o gênero do seu parceiro? *

H

M

Seção 1

As questões da primeira seção do questionário referem-se às rotinas em sua família que antecedem o fecho das escolas em resposta à pandemia.

Antes do fecho das escolas em resposta à pandemia, quem se encarregou do lanche escolar dos filhos? *

- Eu
- Meu companheiro/Minha companheira
- Esta é uma tarefa partilhada entre os pais
- Outro

Caso tenha escolhido "outro", pode esclarecer?

Short-answer text

Antes do fecho das escolas em resposta à pandemia, quem geralmente se encarregou do transporte dos filhos à escola? *

- Eu
- Meu companheiro/Minha companheira
- Esta é uma tarefa partilhada entre os pais
- Outro

Caso tenha escolhido "outro", pode esclarecer?

Short-answer text

Antes do fecho das escolas em resposta à pandemia, quem estava mais comumente em contacto com a escola para discutir questões sobre a educação dos filhos? *

- Eu
- Meu companheiro/Minha companheira
- Esta é uma tarefa partilhada entre os pais
- Outro

Caso tenha escolhido "outro", pode esclarecer?

Short-answer text

Antes do fecho das escolas em resposta à pandemia, quantas horas semanais gastava no auxílio *
dos seus filhos com trabalho de casa ou com os estudos antes de dias de testes?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5+

Antes do fecho das escolas em resposta à pandemia, quem geralmente se encarregou da *
compra/organização do material escolar?

- Eu
- Meu companheiro/Minha companheira
- Esta é uma tarefa partilhada entre os pais
- Outro

Caso tenha escolhido "outro", pode esclarecer?

Short-answer text

Antes do período de confinamento, os avós dos seus filhos viviam na mesma morada? *

- Sim, somente a avó
- Sim, somente o avô
- Sim, o avô e a avó
- Não

Antes do período de confinamento, os avós ajudavam no cuidado dos seus filhos? *

- Sim
- Não

Se os avós ajudavam nos cuidados dos filhos, pode especificar como? (o avô levava à escola, a avó ajudava com os estudos, preparava as refeições, etc)

Short-answer text

Antes do fecho das escolas em resposta à pandemia, os avós ajudavam no cuidado da casa? *

- Sim
- Não

Se os avós ajudavam nos cuidados da casa, pode especificar como? (o avô prepara as refeições, a avó faz as compras na mercearia, etc)

Short-answer text

Seção 2

As questões da segunda seção do questionário referem-se às rotinas em sua família durante o Estado de Emergência declarado em resposta à pandemia.

Durante o período de Estado de Emergência, passou a fazer teletrabalho? *

- Sim
- Não
- Fui demitido
- Estou em layoff

Durante o período de Estado de Emergência, houve mudança em sua carga horária? *

- Sim, agora trabalho mais horas
- Sim, agora trabalho menos horas
- Não

No período de Estado de Emergência, quem preparava as refeições para a família? *

- Eu
- Meu parceiro/Minha parceira
- Esta é uma tarefa partilhada entre os pais
- Outro

Caso tenha escolhido "outro", pode esclarecer?

Short-answer text
.....

Durante o período de Estado de Emergência, quem esteve mais comumente em contacto com a escola para discutir questões sobre a educação dos filhos? *

- Eu
- Meu parceiro/Minha parceira
- Esta é uma tarefa partilhada entre os pais
- Outro

Caso tenha escolhido "outro", pode esclarecer?

Short-answer text

Durante o período de Estado de Emergência, quem encarregou-se de supervisionar a rotina dos * deveres de casa?

- Eu
- Meu parceiro/Minha parceira
- Esta é uma tarefa partilhada entre os pais
- Outro

Caso tenha escolhido "outro", pode esclarecer?

Short-answer text

Durante o período de Estado de Emergência, quem encarregou-se de supervisionar a agenda das aulas remotas dos filhos? *

- Eu
- Meu parceiro/Minha parceira
- Esta é uma tarefa partilhada entre os pais
- Outro

Caso tenha escolhido "outro", pode esclarecer?

Short-answer text

Neste período, o seu(sua) parceiro(a) passou a se encarregar de tarefas que antes eram de sua responsabilidade? *

- Sim
- Não

Se sim, quais tarefas?

Short-answer text

Neste período, você passou a se encarregar de tarefas que antes eram de responsabilidade do seu parceiro? *

- Sim
- Não

Se sim, quais tarefas?

Long-answer text

Neste período, as crianças passaram a se encarregar de tarefas que antes eram de responsabilidade dos pais? *

- Sim
- Não

Se sim, quais tarefas?

Long-answer text

Agradecemos novamente pela sua colaboração. Estaria disponível para, eventualmente, ser entrevistado(a) no âmbito deste estudo? Se sim, por favor, indique o seu email na caixa abaixo.

Short-answer text

Anexo 4 — Guião das entrevistas

Guião para as entrevistas semi-estruturadas Tema: Participação parental na educação dos filhos

1.ª Parte — História e Perspetiva Individual

Fatores de **formação, desenvolvimento e valores pessoais**. Esta primeira parte está dividida em 3 secções: família, **condições de vida e rotinas familiares durante a infância e juventude**.

Como já referimos, vamos começar por conversar sobre a sua infância e juventude. Parece-lhe bem? Gostava que me contasse um pouco da sua história de vida.

1 — Família

Onde nasceu?

O que faziam os seus pais?

Quantos irmãos tinha e de que idades?

Houve alguém, além dos seus pais, que o “criou” ou tomou conta de si, durante a infância? SE SIM: quem?

2 — Condições de Vida

Descreva-me o local onde morava.

Como era a sua casa?

Como era o seu quarto?

3 — Rotinas Familiares na infância e juventude

Agora, gostaria de saber um pouco mais sobre o modo como as coisas funcionavam na sua casa, quando era criança. Será que é capaz de se lembrar de um dia típico, quando ainda andava na escola primária, e tentar descrever como era a sua rotina diária?

Por exemplo, quem é que lhe preparava o pequeno-almoço?

Como era a sua escola? Gostava das aulas?

Como ia para a escola? Era longe de casa?

Ia com os seus irmãos?

Almoçava na escola?

Como voltava para casa?

Alguém preparava-lhe o lanche?

Quem o ajudava nos trabalhos escolares?

Quem cuidava do seu material escolar?

Lembra-se de alguma vez ter tido muitas responsabilidades e obrigações em sua casa, quando criança? SE SIM: gostava que me descrevesse as maiores obrigações que teve que cumprir e, porque é que era assim. (cuidar de irmãos mais novos; trabalhar no campo; cuidar da casa...)

Os seus irmãos e irmãs tinha também obrigações em casa? Quais?

Pode falar um pouco dos seus pais?

2.ª Parte — Divisão do trabalho

Investigação sobre como as **relações de género** impactam a **participação parental na educação** dos filhos e a **distribuição de tarefas** entre os indivíduos de um mesmo núcleo familiar. Esta segunda parte está dividida em 3 secções: **Conceções sobre género, Rotina familiar e Participação parental na educação dos filhos**

Sente-se bem? Parece-lhe que podemos prosseguir? Gostava que falasse da sua vida adulta e da sua rotina familiar.

1 — Conceções sobre género

O que pensa que é esperado de uma mãe?

O que pensa que é esperado de um pai?

Pensa haver alguma diferença fundamental entre ser pai e ser mãe? SE SIM: quais?

Quantos filhos têm?

Quais as idades?

Pode falar um pouco de cada um deles?

No que diz respeito aos seus filhos, verifica comportamentos diferenciados entre eles? SE SIM: pode dar exemplos?

Há tarefas de casa que prefere fazer? SE SIM: quais? E por quê?

Há tarefas em casa que o seu companheiro(a) prefere fazer? SE SIM: quais? E por quê?

2 — Rotina Familiar

Vive com a sua esposa/marido na mesma casa?

Pode descrever um dia típico para si antes do período de confinamento face à pandemia?

Como é a sua rotina de trabalho?

Como é a sua rotina em casa com a família?

Como são os momentos de lazer?

Como são divididas as tarefas no cuidado da casa?

Como são divididas as tarefas no cuidado dos filhos?

Há ajuda paga para o cuidado dos filhos e da casa? SE SIM: pode esclarecer?

Os filhos ajudam nas tarefas da casa? SE SIM: como?

3 — Participação parental na educação dos filhos

Os seus filhos estudam em escola pública ou particular?

Como é que vão para a escola? É longe de casa?

Como voltam para casa?

Como é a rotina dos seus filhos com trabalho de casa?

Como é que os ajuda com o trabalho de casa trazido da escola?

Pode partilhar como julga ser a melhor maneira dos pais ajudarem os seus filhos nas tarefas escolares?

Como e com que frequência faz contacto com os professores ou a escola?

3.ª Parte — Mudanças no período de confinamento

Investigação sobre como o **período de Estado de Emergência** impactou a **rotina familiar** do entrevistado. Esta terceira parte está dividida em 3 secções: **Mudanças nas dinâmicas familiares e Impacto psico-emocional**

Gostava que se debruçasse sobre o momento actual. Algumas das questões serão repetidas, mas agora se referem ao período de Estado de Emergência e as escolas fechadas. Podemos continuar?

1 - Mudanças nas dinâmicas familiares

Pode descrever um dia típico para si durante o período de Estado de Emergência?

Como foi a sua rotina de trabalho durante este período?

Como foi a sua rotina em casa com a família durante este período?

Como eram os momentos de lazer?

Como se dividiram as tarefas no cuidado da casa?

Como se dividiram as tarefas no cuidado dos filhos?

Houve ajuda paga para o cuidado dos filhos e da casa? SE SIM: Pode esclarecer?

Os filhos ajudaram nas tarefas da casa? SE SIM: Como?

Qual julga ter sido a maior mudança na rotina da sua família durante este período?

2 - Impacto psico-emocional

Qual julga ter sido a maior dificuldade durante este período?

Qual julga ter sido a maior dificuldade para o seu companheiro (a) durante este período?

Pensa que a rotina da sua família irá mudar após todas as políticas de confinamento sejam retiradas? SE SIM: Como?

Chegamos ao fim da entrevista.

Muito obrigada pelo seu tempo e pela reflexão que partilhou connosco.